



Cultura e incertezas

Porto Alegre A Cia. Municipal de Dança e o Atelier Livre, mantidos pela prefeitura da capital, pretendem dinamizar a produção artística. Importantes também em ações educativas e na formação de público, ambos enfrentam dificuldades.

Página Central

FORMATURA

Trajetórias diversas

Com diferentes origens e trajetórias, alunos dos cursos de Agronomia, Psicologia e Serviço Social refletem sobre suas experiências no ensino superior e avaliam o impacto que o diploma terá em suas vidas e em seu entorno. Nos relatos, evidenciam-se dificuldades, conflitos e dilemas enfrentados por estudantes que provêm de contextos muitas vezes apartados da academia ou pouco reconhecidos por esta. Entre os formandos com quem o JU conversou, há aqueles que são a primeira geração da família a frequentar uma universidade. **P5**

CIÊNCIA

Retenção de fomento

CNPq e Capes, principais órgãos de fomento à pesquisa no país, vêm sofrendo cortes efetivos e alterações que, segundo a doutora em Educação e professora da FAGED Fabiana de Amorim Marcello, merecem posicionamento mais efetivo. Ela critica em especial o decreto federal que altera o status desses órgãos, podendo resultar em perda de autonomia, subalternização a estruturas alheias aos interesses e às necessidades da área, e também a junção, numa mesma Coordenação, de órgãos com finalidades diversas. **P4**

SISTEMA PENITENCIÁRIO

O desconhecido cotidiano prisional brasileiro, para além das chacinas, é abordado em depoimento e artigo

P12 e 13

Cooperação

Centro de Estudos incentiva parceria entre instituições brasileiras e alemãs **P3**

Fotografia

Ação de extensão promove oficinas com moradores em situação de rua **P14**

Lei do Bem

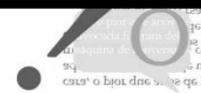
Instituições de pesquisa ainda utilizam pouco o incentivo à inovação **P11**

GRADUAÇÃO

Licenciatura ou bacharelado



A escolha do curso de graduação em algumas áreas do conhecimento envolve uma decisão a mais a ser tomada: é preciso optar entre a licenciatura e o bacharelado. Para isso, o estudante deve compreender com clareza as particularidades da formação e do exercício profissional características de cada uma. **P7**



Espaço da Reitoria

Rui Vicente Oppermann
Reitor

Os desafios de um novo ano

Janeiro e fevereiro são meses muito simbólicos para a Universidade. Temos a entrada de novos estudantes na graduação, seja por meio do nosso vestibular, seja pelo sistema ENEM-SISU, e, por outro lado, vivenciamos as cerimônias de colação de grau, que marcam o fim de um ciclo da experiência universitária e o início de uma nova etapa na vida de nossos estudantes. A instituição comemora esses momentos, pois considera que representam a renovação permanente que nos move. Temos certeza de que as oportunidades oferecidas pela Universidade ao longo da graduação vão muito além dos currículos formais dos diferentes cursos. A pesquisa, a pós-graduação e a extensão são áreas nas quais se identificam a qualidade do fazer universitário da UFRGS e as inestimáveis oportunidades de formação complementar.

Ao fazermos essa reflexão, não podemos deixar de ponderar que temos grandes desafios, alguns de natureza histórica, como é o caso da autonomia universitária, que consiste em preceito constitucional. Existem também questões de natureza permanente: o financiamento público das IFES; a consolidação da expansão da Universidade, tanto nos aspectos de infraestrutura quanto de pessoal; as formas de promover a interação da Universidade com a sociedade por meio da extensão, da pesquisa e da inovação; e a discussão sobre a democracia interna e seus processos.

Há que se pensar nos anseios colocados pela própria sociedade, hoje impactada pelas crises econômica e política e suas decorrências, que agravam ainda mais as iniquidades históricas do nosso país. É necessário assegurar a inclusão e a permanência,

implementadas por meio de políticas de ações afirmativas, e a assistência estudantil, além de garantir o respeito à diversidade e à tolerância como parte da nossa cultura institucional. Temos pela frente o desafio da governança, da sustentabilidade e da gestão de riscos, sem perder o foco na busca de soluções para a acessibilidade e o bem-estar da comunidade.

A UFRGS tem o compromisso de colaborar com a reflexão crítica, de propor alternativas e se colocar como parceira na superação de situações que testam nossa jovem democracia. Cada nova ação multiplica as nossas oportunidades de promovermos a missão maior das instituições de ensino: o desenvolvimento humano. Sabemos que 2017 será um ano que exigirá muito de todos os brasileiros e estamos preparados para dar respostas inerentes ao papel de uma grande universidade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora
Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golín, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor substituto Felipe Ewald

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Everton Cardoso, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Cadem JU)

Diagramação Vera Lúcia Gliese

Fotografia Flávio Dutra (Editor)

Revisão Antônio Paim Falcetta

Bolsistas (Jornalismo) Cássia de Oliveira, Júlia Costa dos Santos, Kayan Moura e Paula Barcellos

Circulação Cristiane Lipp Heidrich

Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 10 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

ufrgsnoticias



COLAÇÃO DE GRAU

Acompanhe todos os detalhes das formaturas da UFRGS no novo site
www.ufrgs.br/colacoesdegrau

Artigo

Semeando a pauta da diversidade

Entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro de 2016, foi realizada na Faculdade de Agronomia da UFRGS a primeira edição da atividade de extensão *Agro Diversidades: Pensando a Diversidade nas Ciências Agrárias*, com o objetivo de afirmar, no âmbito dos cursos de Agronomia e Zootecnia, o compromisso com os direitos humanos e o respeito às diferenças. O projeto, que se estruturou em três eixos – *Diversidade sexual e gênero no campo*, *Diversidade religiosa* e *Diversidade de pertencimento étnico-racial* –, teve a intenção de proporcionar aos alunos, aos servidores docentes e técnico-administrativos e à comunidade em geral um espaço de reflexão sobre essas temáticas.

Cabe ressaltar o caráter de construção coletiva do projeto, que nasceu de demandas trazidas por alunos ao Núcleo de Apoio Pedagógico da Faculdade de Agronomia. Relatos de discriminação racial, religiosa e de gênero nos motivaram a dar o impulso inicial na estruturação da ideia em formato de curso de extensão. Também nos instigou a percepção de um vazio de reflexões no que diz respeito às diferenças e à autoafirmação dos sujeitos no espaço acadêmico, especialmente no campo das Ciências Agrárias, no qual atuamos como

trabalhadores em educação.

As discussões em torno do eixo *Diversidade sexual e gênero no campo* foram marcadas pela apresentação de uma pesquisa acadêmica realizada com estudantes de toda a UFRGS, na se qual destacaram os altos índices de intolerância à diversidade sexual e de gênero entre os estudantes das Ciências Agrárias. Discutiu-se a importância de uma posição institucional cada vez mais clara no combate a todos os tipos de discriminação. Também foram discutidas as conquistas e os desafios do movimento LGBT no Rio Grande do Sul, o papel das mulheres no mundo rural e os desafios de enfrentamento ao sexismo. Complementando as discussões, tiveram lugar as exposições *Quando a Margem tem Voz: Trajetória do Movimento LGBT no RS através dos Jornais do Nuances – Grupo pela Livre Expressão Sexual* e *Gurias na Lida*, painel fotográfico de alunas dos cursos de Agronomia e Zootecnia desempenhando atividades no campo, representando o papel da mulher no meio agrário.

No eixo *Diversidade religiosa*, a discussão foi sobre ecumenismo e o diálogo inter-religioso. A mesa esteve composta com representantes do islamismo, do cristianismo, do ateísmo e das religiões de

matriz africana. O debate foi marcado pela ideia da necessidade de conhecer o sagrado do outro como o primeiro passo para o enfrentamento da intolerância religiosa.

Para o eixo *Diversidade de pertencimento étnico-racial*, esteve presente a Coordenadoria de Ações Afirmativas da UFRGS, trazendo dados e questões sobre as cotas na Universidade, a permanência e o desempenho dos alunos cotistas. A discussão seguiu com ativistas do movimento negro, que deram um panorama das dificuldades e dos desafios enfrentados por estudantes desse grupo de pertencimento étnico para a permanência na instituição. O diálogo contou ainda com os relatos de alunos e ex-alunos vítimas de discriminação racial e de representantes de comunidades quilombolas do estado. Em paralelo às falas, foram projetadas as exposições fotográficas intituladas *O Invisível Gaúcho Negro* e *Quilombos Rurais*.

A despeito da ampla divulgação realizada, o público ficou aquém do esperado. Isso, contudo, não arrefeceu o vigor e a riqueza das discussões, deixando claros aos organizadores e presentes os grandes desafios e as barreiras a serem transpostas no enfrentamento dessas formas de discriminação e de que esta pauta seja de todos

os cursos da Universidade. A experiência de realização dessa atividade foi como uma semeadura, um primeiro passo em direção a um ambiente mais plural.

Findado o evento, e após discussões de avaliação, pulsam diversos questionamentos entre organizadores e participantes: quais são os lugares que as ditas ciências duras ou exatas reservam para a formação em humanidades de seus alunos? Quais os espaços que os professores e técnicos da Universidade têm para sua formação continuada em temas tão importantes como a diversidade? Não seria o momento de a UFRGS institucionalizar a temática em suas instâncias administrativas e currículos, criando protocolos? A primeira edição do *Agro Diversidades* deixa o sentimento da necessidade de conduções concretas, no sentido de reivindicar um posicionamento cada vez mais claro das Unidades Acadêmicas e da Universidade no combate a todas as formas de opressão.

Luciana Fogaça Monteiro
Marcos Luiz Hinterholz
Shirley Martim da Silva

Servidores técnico-administrativos do Núcleo de Apoio Pedagógico da Faculdade de Agronomia da UFRGS



Uma porta para a internacionalização

Cooperação UFRGS é selecionada para sediar o primeiro Centro de Estudos Alemães e Europeus do Hemisfério Sul

No mapa mundi, a professora da Faculdade de Direito Claudia Marques me mostra os pontinhos espalhados apenas no hemisfério norte que indicam os 17 Centros de Estudos Alemães e Europeus existentes há 25 anos. Israel, China, Canadá e França são alguns dos países que sediam o Centro, que também se encontra em universidades renomadas, como Harvard (USA) e Cambridge (Reino Unido). Após uma pausa, ela reflete: “Vamos colocar Porto Alegre nesse mapa. Bonito não?”

Depois de dois anos e meio preparando o projeto, a UFRGS foi escolhida para sediar a primeira unidade no Hemisfério Sul. Durante as preparações do acordo, foi consenso que a iniciativa deveria vir com o apoio da PUCRS. “Porque cada uma tem excelências e, unindo as excelências, se pode alavancar a internacionalização dessas duas universidades”, justifica Claudia.

Anteriormente, o Cônsul-geral da Alemanha em Porto Alegre, Stefan Traumann, conversou com o então reitor da UFRGS Carlos Alexandre Netto sobre a oportunidade. A iniciativa foi conduzida pelo Secretário de Relações Internacionais da Universidade, Nicolas Maillard, e teve apoio do Governo do Estado e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). O Centro foi inaugurado em janeiro e terá a direção da

professora Claudia Marques no seu primeiro ano.

Foco nas humanidades – A diretora esclarece que o Centro de Estudos se concentrará nas ciências humanas, conforme exigência do edital a que a Universidade concorreu. De acordo com ela, esse foco é muito positivo para áreas que não foram beneficiadas pelo Ciência Sem Fronteiras. “Tanto a filosofia quanto a sociologia e o direito desenvolvidos na Alemanha têm uma influência muito grande na América Latina. É uma oportunidade para desenvolver um diálogo com especialistas alemães e europeus nessas áreas”, acrescenta. Três grandes linhas de investigação guiarão as discussões: globalização, desenvolvimento sustentável e diversidade cultural. Ao todo, são 16 projetos interdisciplinares de pesquisa. As unidades da UFRGS participantes são: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Letras, Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Educação, Faculdade de Direito e Faculdade de Economia.

A professora espera que o trabalho promova novos talentos e que os estudantes beneficiados com bolsas permaneçam na Universidade como professores e colaborem para a continuação da pesquisa científica: “A ideia do Centro é ser um projeto de longa duração e beneficiar gerações de pesquisadores e acadêmicos”, acrescenta.

História de cooperação – Na verdade, não é a primeira vez que a UFRGS fecha acordo com a Alemanha. Já são mais de 50 anos de colaboração com o país, experiência que será incorporada pelo Centro. Como parceiras estratégicas, foram escolhidas universidades alemãs que já possuem uma relação histórica de cooperação: Universidade de Heidelberg (instituição com mais tempo de colaboração com os cursos de Direito, Filosofia e Sociologia), Universidade de Bonn (parceira importante da PUCRS) e Universidade de Erlangen-Nürnberg (que tem histórico de parceria com o curso de Letras). Além das três principais parceiras, outras 50

instituições europeias participam do projeto.

Para além da pesquisa – A cada ano, o Centro vai pensar uma agenda de eventos internacionais. Para 2017 já existe uma pré-programação, que prevê discussões sobre os 500 anos da Reforma Protestante e sobre a proteção ao consumidor no século 21. O projeto contará também com editais de mobilidade para graduação, doutorado e pós-doutorado, e para um novo programa de Mestrado em Direito Internacional. “A ideia é criar ao longo do tempo mestrados, nas diferentes áreas, que tenham essa ênfase nos estudos europeus”, explica Claudia.

“Agora nós temos esse fomento em uma época de tantos cortes, de tanta insegurança. Temos a certeza dessa verba alemã e também de todo o nível internacional de discussão. É uma porta que está se abrindo, temos de tirar o melhor disso”, finaliza.

Cássia de Oliveira, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabco



Parceria entre instituições brasileiras e alemãs quer incrementar ações de intercâmbio cultural em áreas como Humanidades

Formação

Especialização em África

A Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da UFRGS promove a primeira edição da Especialização em África: História e Relações Internacionais. O curso pretende contribuir para a formação de professores, pesquisadores, ativistas e demais interessados no conhecimento sobre o continente.

“É a realização de um antigo projeto compartilhado por professores daqui e de outras unidades da UFRGS”, ressalta o professor Paulo Vizontini. Além disso, o crescente número de estudantes estrangeiros foi um incentivo, com destaque para a turma de doutorandos moçambicanos em Relações Internacionais.

Uma das apostas é atingir professores de Ensino Médio e Fundamental, considerando a obrigatoriedade de cultura e história africanas no currículo. Segundo Vizontini, compreender o continente também é fundamental para entender novos movimentos econômicos no Sistema Mundial. “O curso não é sobre uma África idealizada do passado. É sobre a África que está viva e lutando por melhores condições.”

As aulas serão à noite, três vezes por semana, na FCE. As inscrições devem ser feitas até 28 de fevereiro. Mais informações pelo e-mail especializafrica@ufrgs.br ou pelo telefone (51) 3308-4050.

Coleção Eichenberg

Cervantes na UFRGS

A Biblioteca Central da UFRGS disponibiliza ao público obras raras de Miguel de Cervantes Saavedra (1547-1616), um dos mais importantes autores da literatura mundial. Os exemplares da Coleção Eichenberg que integram a exposição foram publicados entre os séculos XVII e XX. Estão também expostas diversas edições do clássico Dom Quixote, obra-prima de Cervantes que marcou o início do romance moderno e o nascimento do “mito quixotesco”. Por sua influência na literatura universal, a língua espanhola é conhecida como a língua de Cervantes. Sobre a obra do escritor espanhol, comenta Dostoiévski: “Jamais será encontrado um texto tão profundo e poderoso quanto este. A maior e definitiva expressão do gênio humano”. Os visitantes da exposição também poderão apreciar exemplares de títulos como *Novelas Ejemplares*, *Persiles y Sigismunda* e *La Galatea*. A Biblioteca Central está localizada no térreo do prédio da Reitoria (Av. Paulo Gama, 110 – Câmpus Centro). A exposição, em cartaz até o final do mês de abril, pode ser visitada de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.



Conhecendo a UFRGS

A ciência do diminuto

A evolução tecnológica está cada vez mais rápida, impactante e menor. Sim, menor, pois a ciência vem aprendendo a utilizar a matéria em escalas nanométricas para o avanço das mais diversas áreas do conhecimento. O programa *Conhecendo a UFRGS*, da UFRGS TV, neste mês, retrata o Centro de Nanociência e Nanotecnologia, o CNANO, um local para manter os alunos atualizados tanto no estudo quanto no uso dos átomos na escala em que o milímetro é gigantesco.

“Esses pequenos materiais são capazes, em função do tamanho reduzido, de adquirir novas propriedades”, comenta a professora Sílvia Guterres, atual diretora do CNANO. Graças a poucos átomos habilmente organizados pelos pesquisadores, são criados smartphones, medicamentos de ponta, compostos hipoalergênicos e outros avanços para campos variados.

Com isso em mente, em 2004, professores de diversos cursos da UFRGS se reuniram e criaram um espaço multidisciplinar voltado para estudos e criações, dando origem ao CNANO. A então diretora, hoje vice, Naira Balzaretto, aponta que “a nanociência é transversal, (então) a ideia era que esses pesquisadores pudessem se reunir, trocar ideias e explorar a matéria na escala nanométrica”.

Diversas engenharias e cursos que englobam áreas como física, química e biologia se complementam nos ambientes e laboratórios do CNANO e promovem não só maior diversidade e compartilhamento de conhecimentos como a convivência dos alunos e professores, fatores que muitos dos membros do Centro dizem ser o melhor ponto da existência desses espaços. O CNANO ainda possui vínculo com o SisNANO, o Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologia, que possibilita o acesso tanto dos universitários quanto de usuários externos a equipamentos e locais voltados à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação no campo nanotecnológico.

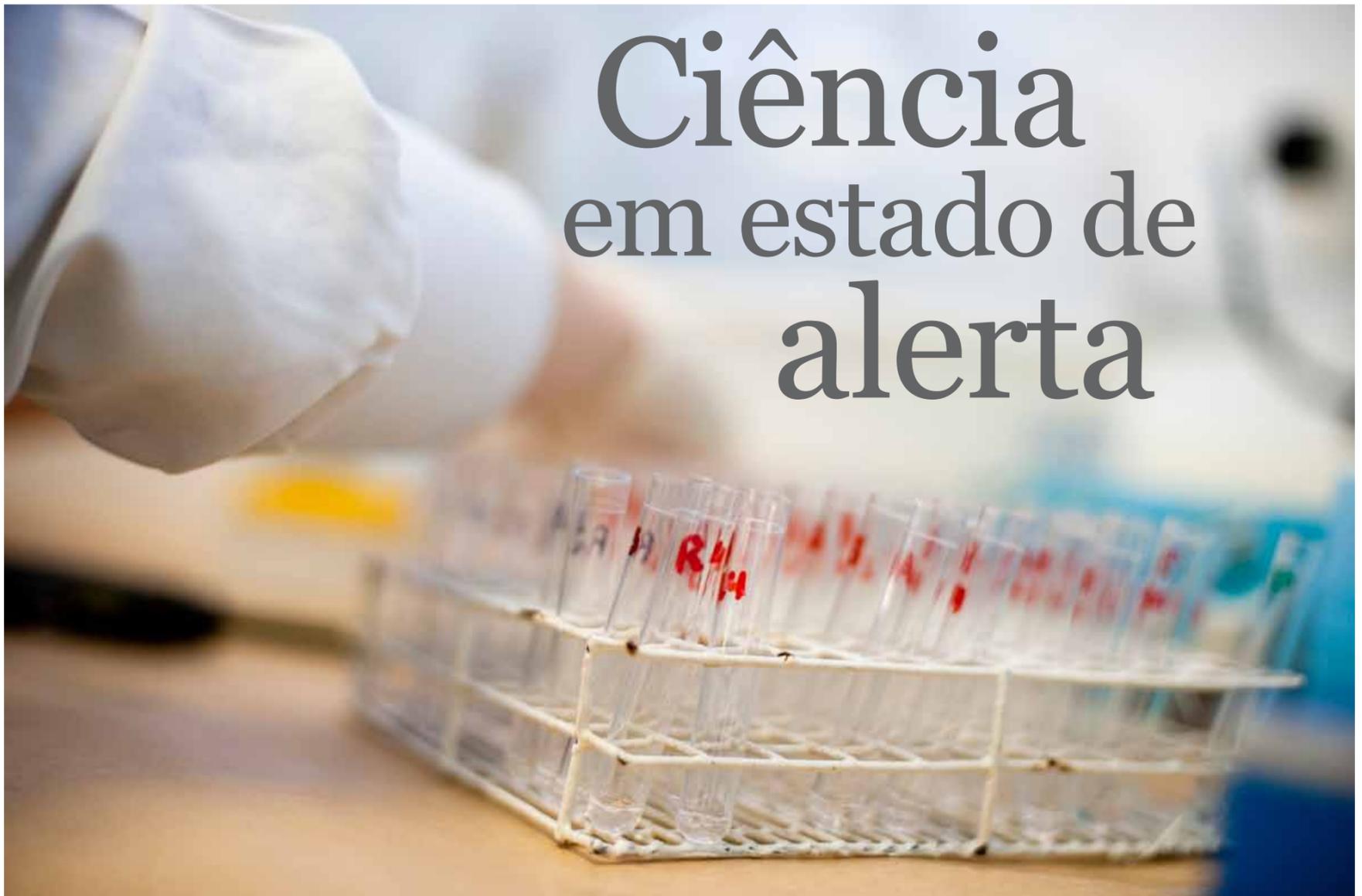
Christopher Sant’Anna, aluno do 5.º semestre de Jornalismo

Assista ao programa

Conhecendo a UFRGS vai ao ar no dia 7 de março, na UNITV, canal 15 da NET POA, às 18 e às 23h, e também ao vivo pelo site www.unitv.tv.br



FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - JULHO/2012



Ciência em estado de alerta

Cortes e alterações nos principais órgãos de fomento e estímulo à pesquisa no Brasil (CNPq e Capes) provocam crítica de pesquisadores e instituições afins

Fabiana de Amorim Marcello*

Recentemente, o Conselho Universitário da UFRGS aprovou um conjunto de moções de extrema importância frente ao cenário da educação no país: uma delas manifesta-se contrariamente ao decreto federal publicado em 19 de outubro sobre a reforma do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que aloca o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) na Coordenação Geral de Serviços Postais e de Governança e Acompanhamento de Empresas Estatais e Entidades Vinculadas. Essas mudanças apregoadas por decretos, informes e medidas provisórias assolam a comunidade na mesma medida em que acompanhamos o modo como elas vêm sendo realizadas. Intempestivas, muitas vezes, elas pouco parecem resultar de um debate amplo, democrático e fruto do amadurecimento coletivo de ideias – algo que, nos últimos anos, vinha marcando fortemente esses espaços.

O CNPq e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – como os principais órgãos de fomento e estímulo à pesquisa – vêm sofrendo não apenas cortes efetivos (dificuldade aguda que já vínhamos enfrentando, bem verdade, desde 2015), mas também alterações que, sem dúvida, merecem nosso posicionamento mais efetivo.

No que se refere à moção da Universidade, quando se fala sobre a realocação do CNPq e do FINEP a outros ministérios ou a outras secretarias cujos interesses parecem ser tão nebulosos quanto difusos, atenta-se para os efeitos concretos que a alteração de status institucional desses órgãos permite vislumbrar: perda de autonomia e existência específicas, subalternização desses órgãos a estruturas alheias aos interesses e às necessidades da área, mas também a junção, numa mesma Coordenação, de órgãos com

finalidades muito diversas.

Exatamente por isso, entidades como a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas manifestaram-se rápida e duramente. A carta da ABC e da SBPC é incisiva ao afirmar que, “a se confirmar esse estranho caminho distanciando as agências federais de fomento à pesquisa, mais a AEB e a CNEN, do gabinete do titular do MCTIC, talvez possamos entender a razão principal de o presidente Michel Temer ter fundido o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ao Ministério das Comunicações: alijar a ciência, a tecnologia e a inovação das prioridades do governo federal”.

No CNPq, de modo especial, as notícias de cortes e de alterações no funcionamento das sistemáticas de avaliação despertam atenção. Em outubro de 2016, os Comitês de Assessoramento do Conselho – compostos por pesquisadores de produção e inserção expressivas em cada área do conhecimento – estiveram reunidos em Brasília para a avaliação das bolsas de produtividade em pesquisa. Para além dos cortes de 20% das bolsas de iniciação científica realizados em agosto, os rumores de que haveria também um corte entre 20 e 30% das bolsas de produtividade (inclusive as ativas) instaurou um clima de inquietação. Mais uma vez, junto à divulgação da contenção, os pesquisadores foram surpreendidos por notícias que rapidamente se espalharam, mas que, dada a instantânea mobilização, sofreram também ágil reformulação. No mesmo dia, um informe da agência foi divulgado nas redes sociais afirmando não haver “qualquer definição sobre os cortes” das bolsas.

Ainda em relação aos Comitês de Assessoramento (CAs) e ao modo como se procede à composição ou renovação de seus membros, uma notícia parece importante. Para que se entenda, os CAs são formados por pesquisadores de reconhecida trajetória para oferecer ao CNPq assessoria científico-tecnológica em

análises, julgamentos, seleções e acompanhamentos de pedidos de projetos de pesquisa e de formação de recursos humanos. Tradicionalmente, os membros de cada comitê são indicados pela comunidade acadêmica. Mais precisamente, cada área de conhecimento estabelece, coletivamente, os critérios a partir dos quais seus componentes são eleitos.

Na área da Educação, por exemplo, os nomes são indicados tanto pelos pesquisadores de nível I do CNPq como por mais oito Associações Científicas (das quais o conjunto amplo de seus membros, igualmente, participa da indicação). Além de serem pesquisadores de expressiva trajetória acadêmica (critério comum a todas as áreas), atenta-se, no CA da Educação, a outros dois elementos: a pluralidade de gênero e de temáticas de pesquisas e a representatividade geográfica. Este ano, no entanto, o Comitê foi surpreendido pela contestação, por parte de um dos membros do Conselho Deliberativo do CNPq, à indicação de uma professora de uma universidade pública do nordeste para a recomposição. Sob a alegação de que o foco de estudos da pesquisadora não contemplava “necessidades estratégicas” da área da educação, foi apresentada ao CA uma lista de nomes – que ignorava, portanto, o resultado da ampla consulta. A manifestação oficial do CA da Educação pode ser encontrada no site da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (<http://bit.ly/2hH5mNH>).

Se esse fato merece ser trazido à discussão, é porque ele sinaliza algo importante em, pelo menos, dois níveis. Em primeiro lugar, no que se refere à autonomia das áreas quanto à escolha de seus representantes – nesse caso, pesquisadores que atuam diretamente no auxílio à avaliação dos projetos de pesquisa que serão contemplados, ou não, por financiamentos públicos (daí a preocupação que positivamente foi sendo gestada em relação aos critérios de indicação de nomes e da escolha ampla, como referido), ou seja, abrem-se precedentes alarmantes em relação

às indicações que não aquelas instituídas pelos pares. Num outro nível, não menos preocupante, é a alegação do atendimento ao que seriam “necessidades estratégicas”. Pergunta-se: quais preceitos sustentam o conceito de “necessidades estratégicas”? Por quem tais “necessidades” são formuladas?

Há que se ressaltar, ainda, algumas mudanças de perfil e foco que os últimos editais têm apresentado. Apenas para citar um exemplo, é visível o quanto o último Edital de Ciências Humanas e Aplicadas sofreu modificações em seu conteúdo e mesmo no direcionamento de suas demandas. As linhas de atenção do Edital, por certo, são urgentes e de escolha inquestionável: *Educação básica e Direitos humanos*. No entanto, é importante apontar os princípios que direcionam a abordagem investigativa desses temas tão complexos. O objetivo do edital é claro: “As propostas devem apresentar abordagem multi e interdisciplinar, com vistas a aportar novos conhecimentos sobre os referidos temas e a fornecer contribuições efetivas para solução de problemas nacionais”.

O que podemos problematizar sobre tal formulação não é exatamente a importância dada aos “resultados” – o que, de fato, sempre foi alvo dos critérios de avaliação de mérito dos comitês de assessoramento –, mas sua cômoda consonância com o imperativo da “solução” [e efetiva!] dos problemas nacionais, como algo a ser mensurado ou tido como objetivo último das pesquisas que desenvolvemos.

Não há dúvidas de que nosso posicionamento frente a essas alterações precisa ser cada vez mais fortalecido. Recentemente, em sua página oficial, o CNPq divulgou os resultados do Edital Universal (previstos para julho de 2016) e, além disso, anunciou a recomposição das bolsas de IC. Com certeza, boas notícias. Aguardemos, mas atuantes.

* Pesquisadora do CNPq e professora do Programa de Pós-graduação em Educação



As histórias e os ciclos

Formatura *Estudantes refletem sobre seus percursos e perspectivas*



FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



Em sentido horário, Marcia Escouto, Alisson Batista e Andréss Sopelsa, que são formandos em Serviço Social, Psicologia e Agronomia, respectivamente

Todo novo ano na Universidade é marcado pelo início de jornada dos aprovados no vestibular e pelo encerramento de um ciclo por parte daqueles que concluem a graduação. As cerimônias no Salão de Atos costumam atrair as famílias dos formandos e se constituem como um rito de passagem para marcar esse momento importante. Nos últimos anos, diante do esforço de implantação de políticas de acesso, o público das formaturas vem se tornando mais diverso, com distintos históricos, anseios e visões frente ao mundo. Isso é mais visível quando se observa a trajetória de alguns formandos que são, por exemplo, os primeiros em suas famílias a concluir um curso superior, tendo em mente as dificuldades do percurso, mas trazendo vivos os desejos e planos para o futuro.

Persistência - Os olhos vívidos de Marcia Escouto baixam-se, e um sorriso largo se abre em seu rosto enquanto fala com orgulho sobre quem se tornou após entrar na Universidade. Mostra-se contente ao compreender que agora consegue se enxergar como alguém que também tem direito de expor o que sabe e pensa, coisa que não imaginava antes de entrar para o curso de Serviço Social, em 2012. Não era sua primeira tentativa, por isso já estava desmotivada, inclusive por achar que aos 46 anos não teria mais cabeça para os estudos.

Marcia, que trabalha de servente na Secretaria de Obras da Prefeitura de Cachoeirinha, foi incentivada pelo amigo Osvaldo a não desistir do desejo de ingressar na Universidade: “Ninguém acreditava que eu

ia entrar na UFRGS, achavam que eu estava maluca por querer isso. Quando passei, minha mãe fez até uma faixa. Meus vizinhos e as pessoas do meu trabalho começaram a me ver de outra forma”.

O percurso de Marcia na UFRGS não foi muito fácil: tanto por estar longe dos estudos havia anos como por ter que transitar entre sua casa em Alvorada, as aulas em Porto Alegre e seu trabalho em Cachoeirinha. No fim do curso, ainda ia ao estágio no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do bairro Rubem Berta: “Eu acordava às 4 horas da manhã para dar conta de tudo, mas ainda bem que tive ajuda de minhas colegas e de meus professores, porque às vezes não tinha muito tempo para estudar. Mas conseguia ir bem, sempre tirei notas altas”.

O Trabalho de Conclusão de Curso que Marcia apresentou foi baseado em sua experiência com idosos no CRAS. Ela analisou políticas públicas voltadas para essa população, relacionadas ao projeto de intervenção desenvolvido lá: “Fizemos oficinas de cunho informativo, trazendo para eles, através de rodas de conversa, as políticas e legislações, e orientamos sobre como poderiam acessar essas políticas. A partir disso, de fato muitos conseguiram acessar seus direitos”.

Em sua família, Marcia criou uma onda – influenciada também pela mãe, que sempre frisou a importância da educação – e motivou alguns de seus sobrinhos e até um irmão a ingressarem na universidade.

Caminho inverso - Quando se trata da agricultura familiar, é comum

a constatação de uma tendência geral de saída dos jovens do campo. Andréss Sopelsa, no entanto, vai na contramão desse consenso. Formando-se em Agronomia no segundo semestre de 2016, ele decidiu, logo após o término das últimas disciplinas, retornar a Nova Bréscia, cidade onde sua família possui uma propriedade em que produz leite e cria aves, para pôr em prática os conhecimentos apreendidos durante os anos de estudo.

Andréss chegou a Porto Alegre em 2011, tendo sido no vestibular a primeira vez que saiu da sua cidade: “Eu tinha 16 anos na época. Foi um baque, tudo mudou da noite para o dia. Eu não sabia nem como se pegava um ônibus. Eu também era bem tímido e falar em público era muito difícil”, lembra. Na Universidade, contudo, encontrou outras pessoas que estavam passando pela mesma transição, começou a fazer amizades e a não ter mais vergonha do seu sotaque interiorano.

A decisão de voltar para casa começou a se delinear a partir da metade do curso, quando passou a integrar um projeto de pesquisa sobre produção leiteira, que lhe permitiu conhecer lugares, desenvolver experimentos e, principalmente, compartilhar o que estava aprendendo, algo que o satisfazia de maneira especial. Entretanto, foi no penúltimo semestre, quando cursou a disciplina de Planejamento Agrônomo Integrado, que pôde ver realmente o que queria fazer depois da graduação: “São selecionadas algumas propriedades com diversas problemáticas e fazemos diagnósticos e propostas para melhorá-las. Para mim, essa disciplina é melhor

que um TCC, porque a gente consegue realmente elaborar propostas, pensar em grupo. É ali que a gente aprende a ser um engenheiro agrônomo de verdade”, acrescenta o formando.

Além de tudo, atualmente, Andréss participa de um projeto social de extensão que envolve ajudar propriedades leiteiras da região de Teutônia a reverter problemas ambientais. “Vejo que muitos dos meus colegas estão fazendo o mesmo que eu, indo para o interior. Outros ficando na pesquisa, porque o mercado está difícil. Mas acredito que é muito importante ter essa volta para o campo para levar o que a gente adquiriu nos estudos”, conclui.

Engajamento - Alisson Batista tem em si o orgulho de ser quem é. O cabelo longo feito em dreadlocks, o jeito assertivo de refletir sobre seus anos no curso de Psicologia – e as mudanças internas trazidas com eles – ecoam no seu modo de pensar. “Quando ingressei na Universidade, um novo mundo se abriu para mim, ao qual eu passei a querer pertencer. Mas com o tempo as contradições vão aparecendo e fazem com que você tenha um olhar um pouco mais crítico sobre tudo o que está no entorno, não só da instituição, mas das relações que estão postas”, reflete Alisson, que atualmente estagia em um abrigo de passagem que acolhe crianças e jovens em situação de negligência familiar, além de ser voluntário no cursinho pré-vestibular popular em que estudou.

À época do seu ingresso, por perceber que outros estudantes cotistas negros também se sentiam bastante isolados em seus cursos,

ele ajudou a fundar o Coletivo Negração: “Foi uma tentativa de formar um arquipélago, de juntar as várias ilhas formadas pelos alunos de muitos cursos que comungavam desse sentimento de não pertença, de isolamento”.

Alisson não lembra muito bem como chegou à Psicologia em 2009, mas hoje, ao fim do curso, vê a área como uma ferramenta. “O curso vai me servir mais como uma forma de pensar. Em termos de campo profissional, acabo me enxergando mais na assistência social, porque, por conta da minha militância, acabo vendo tudo a partir da raça, e nesse sentido eu acho bem deficitária a formação em psicologia, esse recorte é algo quase inexistente”, pontua.

O formando escreveu seu TCC baseando-se em sua própria existência dentro da UFRGS, descrevendo quais estratégias teve que utilizar durante esse processo nas possibilidades de produção do conhecimento, e como foi ocupar esse lugar a que, até pouco tempo atrás, estudantes como ele não tinham tanto acesso. “Os jovens que estão entrando agora encontram um lugar diferente do que aquele em que ingressei, porque, quando fundamos o Negração, a gente inaugurou algo, e a partir daí outros coletivos já se formaram. Vejo a Universidade de certo modo como algo colonizador, cujo pensar hegemônico toma conta de nós se deixarmos. É preciso ver que existem outras séries de discursos que não estão aqui dentro”, conclui Alisson.

Júlia Costa dos Santos, aluna do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico



Contrapondo o sistema

Extensão Projeto da UFRGS investe em economia criativa

Às margens do Guaíba, quase entrando no município de Eldorado do Sul, há um clima oposto à ebulição do centro de Porto Alegre. A calmaria interiorana que marca as ilhas do bairro Arquipélago inspira a promoção de indústrias criativas nas comunidades ribeirinhas com o apoio dos programas de extensão Ilhéus Ecológicos e Art'Escama, de que participam alunos e professores de Comunicação Social, Administração e Design da UFRGS.

Na Ilha das Flores, produtos que poucas pessoas pensam poderem ser reaproveitados são utilizados para a geração de renda de famílias. O trabalho artesanal transforma em sabão ecológico óleo saturado, coletado na feira ecológica da José Bonifácio, aos sábados (óleo de cozinha que já foi utilizado), gordura animal, soda cáustica e etanol misturado com alguma fragrância. O composto deve ser agitado ininterruptamente pelos 50 minutos de duração do processo. “Apenas uma pessoa pode mexer. Se tiver a mão de outra, acaba desandando”, alerta Celeci da Silva Azambuja, uma das pessoas que complementam sua renda com o ofício.

Atualmente, quatro famílias – cerca de 25 pessoas – se beneficiam do trabalho e com a geração de renda. “Infelizmente não podemos ter mais gente nessa atividade, pois a renda ganha com os produtos ficaria pequena”, explica Juramar Vargas, secretária da Associação Ilhéus Ecológicos. A produção é vendida todos os sábados na Feira Ecológica do Brique da Redenção. A maior parte do óleo usado de cozinha utilizada na produção do sabão ecológico provém de doações recolhidas na própria feira.

Esse trabalho começou de for-

ma independente em 2008, quando moradores da Ilha das Flores participaram de uma oficina sobre confecção de sabão artesanal. “Logo depois, compramos soda e começamos a produzir. E deu liga!”, comenta Sônia Regina do Nascimento, moradora da comunidade e coordenadora da associação. O projeto de extensão que apoia a atividade teve início apenas em 2015.

Art'Escama – Em outro ponto do arquipélago, na Ilha da Pintada, a Associação Mulheres, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável, desde 2009, reúne moradoras para produzir artesanato com escamas de peixe. Ao todo, são cerca de 30 famílias.

Entre as colaborações da Universidade a essa iniciativa, por meio do projeto de extensão Art'Escama,

iniciado em 2015, estão a criação de um plano de gestão econômica e de comunicação visual da associação (fôlderes, sacolas, camisetas, banners, cartões de visita, sinalização externa), a divulgação – por meio de blog, documentários e relatos em eventos científicos – e, especialmente, a assessoria na qualificação dos produtos, feita por alunos do curso de Design.

O grupo se reúne duas manhãs por semana para produzir os artigos. Segundo Giorgia Maria da Silva Santos, secretária do projeto, as atividades são divididas por turno. Nas quartas-feiras, são preparados os brincos, ecojoias e demais acessórios. Nas quintas, é a vez de tratar de objetos de decoração de festa, feitos basicamente com garrafas de vidro. As vendas ocorrem quase em sua totalidade no próprio Arquipélago. Aos do-

mingos, os objetos são comercializados na feira do peixe na taquara, na Colônia de Pescadores Z5, na Ilha da Pintada.

“Na perspectiva de integração entre ensino, pesquisa e extensão universitária, os resultados se transformaram em oito comunicações em congressos nacionais e internacionais, uma dissertação de mestrado em memória social e a publicação de um livro intitulado *Aulas de Museu*, em que são registrados recortes dessa trajetória”, esclarece entusiasmada a professora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação e coordenadora do projeto, Ana Maria Dalla Zen.

Superação – Em outubro de 2015, as ilhas passaram por um momento delicado. As cheias provocaram uma enchente que

prejudicou não só a produção dos materiais, mas também o cotidiano da população. “Nós ficamos praticamente duas semanas embaixo d'água. A associação ficou inundada, não tínhamos o que fazer”, explica Juramar Vargas, secretária da Associação Ilhéus Ecológicos.

Segundo Davide Carbonai, coordenador do projeto de extensão e docente da Escola de Administração, a região sofre com o descaso dos órgãos públicos. “Deveria existir uma governança importante no território, uma estratégia de fomento, de desenvolvimento. Mas a prefeitura e o estado não focam nisso”, assevera. Por isso, conclui, o papel da UFRGS no local se torna importante.

Kayan Moura, estudante do 5.º semestre de Jornalismo na Fabico



Mulheres da comunidade da Ilha das Flores mantêm projeto de produção de sabão com apoio de programas de extensão da UFRGS

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► Confidências de um revisor

Minha história como revisor inicia meio ao acaso. Fui fazer letras na USP nos anos 70, na esteira de uma namorada – bela namorada! – que fez deslocar o epicentro dos meus interesses para os pagos paulistas, em plena Vila Madalena da Pauliceia Treslucada. Não estava na hora errada nem no lugar errado. No fim dos 70 e começo dos 80 fervilhava cultura, justa e especialmente no bairro em que me instalei. Era o boom da geração de Arrigo Barnabé, Itamar Assumpção, Tetê Spíndola, enfim, todo um povo que morava por ali e que viraria referência musical logo a seguir. Numa das Feiras da Vila, evento

anual do bairro, assisti ao Bebeto Alves e banda rebentando talento. Em Porto Alegre também despontavam músicos excelentes e grandes eventos musicais (Vivendo a vida de Lee, o Cio da Terra, etc.). Com toda a pilha da idade, eu fazia o curso de letras com ênfase em linguística à noite e me aventurava num grupo de teatro da faculdade. De dia, trabalhava como professor e garçom – este último era um emprego fácil, sem muitos requisitos, e que dava um rendimento interessante com o adicional das gorjetas. Na faina de trabalhar para poder acompanhar a inesgotável oferta de

atividades daquela hipercidade, um dia fui convidado por uma amiga, colega de letras, para revisar um livro da Record. Não lembro mais a autoria. Dividimos a tarefa, ela, a mestra, fazendo a primeira leitura. A amiga, chamada Marilene Felinto, poucos anos depois se iniciaria como escritora, tendo seu primeiro romance, *Mulheres de Tijucupapo*, vencido em 1983 o Prêmio Jabuti de Escritora-Revelação, além de ter causado incrível barulho. Feminista ferrenha, seu texto e suas posições estocavam o machismo pretensamente onipotente. Em uma entrevista à revista Caros Amigos,

fulminou: “A coragem é feminina, os homens são covardes”. Colunista da grande imprensa paulista, suas posições políticas e sua indignação à censura aos seus textos a fizeram, infelizmente, calar. Poucos anos depois, eu voltava ao sul do sul. Como aqui havia (!) editoras consistentes, iniciei-me na carreira de revisor, a par com a sala de aula. Com a revisão, poderia trabalhar em casa e ler tantos e tão diversos autores. Tinha interesse especial pela literatura, mas revisor tem de ler, qual avestruz, que come de tudo, de material didático a publicitário, de jornal a manual de instruções.

Caminhos profissionais

Graduação *O que significa obter um diploma em Licenciatura ou Bacharelado*

A escolha de uma profissão pode ser tarefa difícil para muitos jovens. Para alguns, mesmo após a decisão da área de conhecimento em que desejam seguir, ainda restam dúvidas sobre a atuação profissional: bacharelado ou licenciatura. Entre as 91 graduações oferecidas na UFRGS, existem 13 cursos que possuem ambas as habilitações. São eles: Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Música, Química e Teatro. A Universidade possui licenciaturas para todas as disciplinas da educação básica.

A titular da Coordenadoria das Licenciaturas (COORLICEN) e professora da Faculdade de Educação (FACED), Roselane Costella, explica que, de maneira geral, a licenciatura forma os futuros professores da educação básica. Já o bacharelado está ligado à parte mais técnica da formação, habilitando profissionais para setores da área de produção de conhecimento. Os cursos de licenciatura têm duração mínima de quatro anos, enquanto o número de semestres dos cursos de bacharelado varia de acordo com a área de conhecimento.

Segundo Roselane, “a licenciatura, hoje, diferencia-se do bacharelado porque ela tem, em muitos cursos, um emprego mais rápido e garantido. Por outro lado, os salários e as condições de trabalho fazem com que os alunos se afastem, até mesmo depois de terem feito a licenciatura”. Em relação ao bacharelado, a professora observa que nas ciências humanas e nas linguagens acaba não havendo um campo de trabalho tão vasto, ao passo que nas exatas e nas ciências da natureza existem mais possibilidades.

Independentemente da habilitação, cada curso possui diretrizes específicas que orientam sua organização, duração e finalidade. Ao terminar uma capacitação, o aluno pode pedir permanência para obter o outro diploma. Dessa forma, se um graduando em bacharelado deseja se formar também na licenciatura, por exemplo, não é necessário fazer todo o curso novamente. A maior parte dos conhecimentos específicos da área já foi aprendida, restando ao aluno, principalmente, as disciplinas obrigatórias oferecidas pela FACED, os estágios e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Atualmente, o sistema funciona pelo ingresso de diplomado, sendo realizada uma seleção por meio de uma prova e/ou entrevista – cada Comissão de Graduação (COMGRAD) tem a sua organização.

Ingresso – A entrada em cada



Ana Paula Schmit ingressou no curso de Ciências Biológicas para ser bacharel, mas repensou sua escolha ao longo da etapa inicial

curso ocorre de formas distintas. Pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o aluno é obrigado a escolher a habilitação no momento da inscrição, pois o MEC entende que são cursos separados. Pelo vestibular, dependendo do curso, a escolha é feita ou já na inscrição ou no momento da matrícula. Em outros casos, todos os alunos entram como licenciandos e, a partir do segundo semestre, podem mudar de habilitação ou permanecer na licenciatura – como ocorre nas Ciências Biológicas. “Persistimos nessa modalidade de ingresso único porque muitos entram pensando em fazer bacharelado e, após uma disciplina que temos na primeira etapa do curso – tratando da profissão do biólogo e também do professor –, muitos alunos se encantam com a área da educação e acabam mudando de ideia dentro do curso”, aponta a professora Maria Cecília Moço, membro da Comissão de Graduação (COMGRAD) das Ciências Biológicas.

A estudante Ana Paula Schmit é um exemplo desse procedimento citado pela professora. A jovem ingressou no curso com o intuito de ser bacharel, mas repensou a sua escolha ao longo da etapa inicial. “No primeiro semestre, nós temos cadeiras que são introduções à licenciatura e ao bacharelado. Achei muito legal toda a disciplina e a parte humana das coisas. Fiz um balanço e percebi que não iria perder nada se eu fizesse licenciatura, só iria ganhar mais

essa parte social. Então optei por não trocar e escolhi a docência”, conta. Na disciplina relacionada ao bacharelado, a abordagem é voltada ao campo profissional, incentivando o aluno a pensar seu plano de carreira.

De acordo com Maria Cecília, a construção desse plano passa pelo estudo do currículo que se deseja fazer, analisando as eletivas, para poder escolher as preferências e definir as prioridades – já que o número de créditos eletivos é pequeno. Por outro lado, no curso de Educação Física, por exemplo, não há uma separação entre bacharelados e licenciandos. A COMGRAD do curso acredita que toda a ação que o aluno que sai da ESEFID vai ter fora da universidade é uma ação de educação, visto que ali são formados educadores físicos.

Particularidades - O modelo que se observa na maioria dos cursos que contemplam as duas habilitações é o de um núcleo de disciplinas obrigatórias para ambas, tendo a licenciatura o acréscimo das disciplinas relativas à docência oferecidas pela FACED. A vice-coordenadora da COORLICEN, Andrea Hofstaetter, explica que a Faculdade de Educação oferece um leque de disciplinas, cabendo a cada COMGRAD eleger as que serão oferecidas em seu curso. Além disso, cada comissão também dispõe de disciplinas pedagógicas específicas da sua área. Enquanto a licenciatura tem esse comple-

mento pedagógico, o bacharelado disponibiliza mais carga horária, contemplando conhecimentos específicos da disciplina. “Não é que haja um aprofundamento somente da parte do bacharelado. Na licenciatura, o aprofundamento é outro”, ressalta Luciane Uberti, Coordenadora do Núcleo de Iniciação à Docência da COORLICEN. “Uma coisa é você aplicar o que você aprendeu, outra coisa é você aprender e compreender como aquilo pode ser aprendido pelo outro”, completa.

As coordenadoras ainda observam que o bacharelado tem a tendência de ter a sua pesquisa na iniciação científica, e o licenciando, na iniciação à docência. Os TCCs das licenciaturas são geralmente voltados às práticas de docência ou aos estudos dentro dessa área, ao passo que os do bacharelado são voltados à área técnica. Entretanto, assim como é possível que bacharéis façam disciplinas eletivas da área da licenciatura, as bolsas de iniciação científica não são exclusivas dessa habilitação – alunos da licenciatura podem acumular bolsas de iniciação à docência e iniciação científica.

O estudante Gabriel Baldissera cursa o 6.º semestre do bacharelado em Ciências Biológicas. Ainda que tenha optado por essa formação, ele também se interessa por disciplinas ligadas à docência. “Mesmo que eu não me forme na licenciatura, pretendo fazer diversas disciplinas na Faculdade de Educação e em outros institutos

para ficar a par de todo o debate sobre o papel social da Universidade. São disciplinas que eu tenho certeza que serão um acréscimo à minha formação e à minha vida profissional”, afirma. Gabriel conta que escolheu o bacharelado por achar a carga horária da licenciatura mais pesada – já que, além das disciplinas de bacharel, também tem as da FACED. A licenciatura exige um maior deslocamento entre os câmpus.

Horizontes - Em julho de 2016 foram lançadas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. De acordo com a coordenadora da COORLICEN, as habilitações se diferenciarão ainda mais. Nesses novos parâmetros, toda licenciatura deverá ter no currículo 400 horas de práticas – o aluno cumpre atividades em uma escola desde o primeiro semestre. Além disso, estão previstas 640 horas de disciplinas de dimensão pedagógica (se esse curso possuir, no total, 3.200 horas – que é o que essa nova legislação exige). Segundo Roselane, essa política corre o risco de não vingar. “Para aumentar de 2.800 para 3.200 horas a carga horária, você tem que ter professores, e na atual conjuntura não tem como, visto que o governo já congelou as vagas para concursos”, expõe.

Paula Barcellos, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico

Cultura para a cidade

Trabalhar com arte exige uma dedicação e um tipo de criatividade que são possíveis apenas com certas condições. Para tal, o fomento do Estado é fundamental. Em Porto Alegre, no entanto, algumas das estruturas mantidas pelo município passam por dias difíceis.

TEXTO EVERTON CARDOSO FOTOS FLÁVIO DUTRA

É dia importante para a dança em Porto Alegre: terça, 13 de dezembro, entrega do Prêmio Açorianos da categoria. Desde as 9h30 da manhã, a Cia. Municipal de Dança já ocupava o palco do Teatro Renascença para preparar os quatro números coreográficos que traria à cena dali a algumas horas. Seis bailarinos ensaiavam uma coreografia: enfileirados, andavam de um lado a outro do palco executando movimentos típicos de diversos gêneros – balé clássico, o clipe *Thriller* de Michael Jackson, dança nordestina brasileira, a coreografia do hit *Vogue*, de Madonna. O trecho do espetáculo dá uma noção clara do perfil do conjunto: especializados em diferentes gêneros de bailado, dão à companhia um caráter bastante diversificado. “A vida de bailarino é muito instável”, assevera Fernanda Santos. Integrante do corpo de baile mantido pelo município de Porto Alegre, ela ressalta o quanto, para exercer sua profissão, tem de estar fisicamente preparada, fazer aulas e ensaiar. “Participar de um conjunto estável é uma maneira de manter essa rotina de forma mais regrada”, avalia. Segundo ela, um dos principais problemas dos projetos e grupos independentes é o fato de receberem verbas ou financiamento para um espetáculo, temporada ou montagem específicos. “Durante esse período, é possível se manter, mas depois disso não tem continuidade. Cada um busca seu caminho. A Cia. Municipal traz essa rotina para um grupo”, explica. Ao profissionalizar a atuação, a possibilidade de um trabalho mais qualificado se desenha.

Responsabilidade – Para a também integrante do conjunto, Bianca Weber, essa estrutura permite que o grupo de bailarinos busque uma técnica mais apurada e, assim, adquira certa unidade. Outra questão central desse trabalho é a responsabilidade: “Por ser do município, espera-se um retorno. Todo mundo que dança aqui ama o que faz e se dedica”. De acordo com Tom Nunes, outro integrante do grupo, a responsabilidade é uma consequência da própria profissão, já que bailarinos precisam ter muita disciplina. “O que mudou é que agora sou contratado, remunerado, com uma estrutura diferente. São condições para fazer bem o trabalho”, relata. Essa situação, no entanto, está longe de ser ideal. A lei que a estabelece a Cia. Municipal de Dança foi aprovada pela Câmara de Vereadores da capital e sancionada pelo prefeito Nelson Marchezan Junior. A expectativa, agora, é com relação aos efeitos práticos da medida. Para Tom, ainda, um aspecto importante e muitas

vezes negligenciado, quando se pensa na Companhia, é o fato de que integra e movimenta uma complexa cadeia produtiva que inclui cenógrafos, iluminadores, figurinistas, entre outros profissionais. “Gera emprego e renda para muita gente”, afirma.

Pela análise do bailarino Mauricio Miranda, a instabilidade no fomento à produção em dança não é uma exclusividade da capital gaúcha. “Muitos conjuntos no país não sabem se vão ter continuidade. É um cenário cultural que se agrava”, analisa. No caso do grupo porto-alegrense, a condição de trabalho se mostra desfavorável para os artistas: a remuneração está atrasada. “Fizemos espetáculos de graça, sem receber. Praticamente pagamos para trabalhar”, reclama. Ainda assim, ressalva: “Artista não pensa só no bolso. Acabamos passando por cima disso”. Para Maurício, o momento exige que atuem no sentido de estabelecer a Companhia, de firmar-lhe o nome. “É uma maneira de mostrar que queremos dançar, por mais que não cumpram a outra parte”, diz. De acordo com o diretor-geral, Airton Tomazzoni, esses atrasos nos pagamentos extrapolam o contexto específico da companhia que dirige. “A prefeitura atravessa problemas orçamentários. Dentro da cultura, vários projetos vêm sofrendo atrasos no pagamento de serviços. Acabamos sendo afetados”, pondera. Nesse sentido, a incerteza deixa a eles uma perspectiva pouco otimista para o novo ano.

Conforme a diretora artística do grupo, Neca Machado, é importante ressaltar que a iniciativa engloba muito mais ações. O destaque são as escolas preparatórias, mantidas em cinco escolas municipais de Porto Alegre. De acordo com a bailarina e também professora do projeto Fernanda Santos, é uma experiência única: são jovens que frequentam aulas de dança por opção, não como componente do currículo. “A evolução é enorme”, avalia. Dentre os alunos, foram selecionados 22 para integrarem a Cia. Jovem. O bailarino Drico Oliveira é coreógrafo desse conjunto e diz que nesse espaço a intenção é ir criando uma atmosfera mais próxima da dinâmica profissional: eles têm aulas, ensaiam, montam e apresentam espetáculos. “Quando vejo as crianças, vejo o meu sonho”, diz sobre a principal motivação para seu trabalho.

Artes visuais – Outro espaço de produção artística mantido pela prefeitura de Porto Alegre é o Atelier Livre. Este também passa por uma situação de instabilidade. Com sede no Centro Municipal de Cultura, funciona há 55 anos de forma ininterrupta em atividades de ensino e de formação de público. De acordo com a artista visual Miriam Tolpolar,

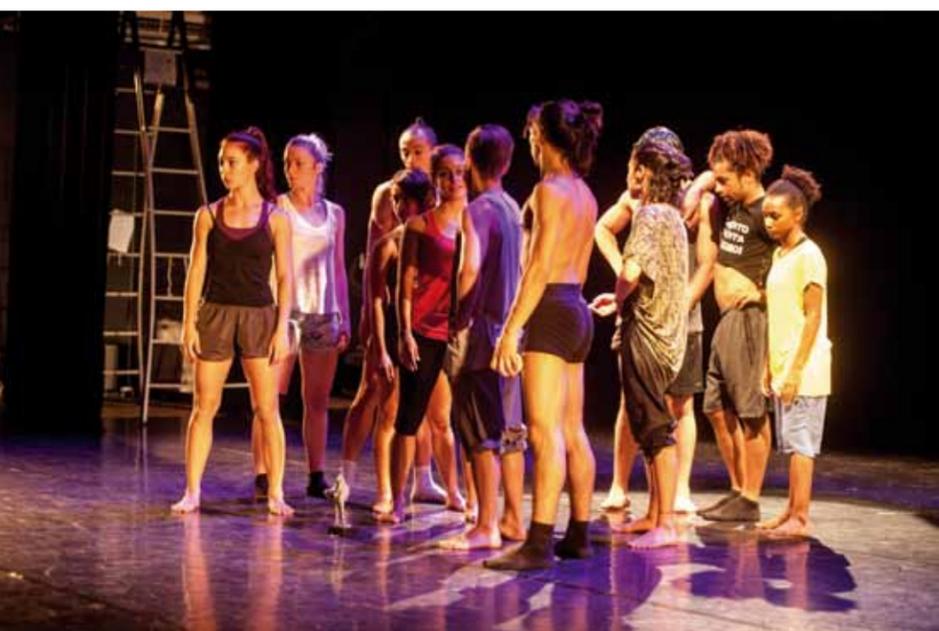
diretora da instituição, esse é um espaço que oferece à comunidade cursos regulares e oficinas práticas e teóricas. Também há um conjunto de ações paralelas, como palestras, grupos de estudo, oficinas breves e festivais. “O Atelier Livre é um espaço singular no Brasil. É público, aberto à comunidade a partir de 16 anos e subsidiado pela prefeitura”, analisa. E pontua: “É importante lutar pela preservação deste modelo de escola. Como é mais informal, o aluno não tem prova. Não é como uma universidade. A ideia é outra. São atividades de várias naturezas voltadas ao ensino e à formação”.

O historiador da Arte e docente da UFRGS Paulo Gomes corrobora o lugar alternativo ocupado pela instituição municipal em comparação à formação mais acadêmica e regrada oferecida pelo Instituto de Artes da Universidade: “É livre”. A origem do espaço, na década de 1960, é marcada por essa característica: um grupo de artistas se reunia no espaço e trabalhava lá. Entre eles, estavam nomes como Paulo Peres, Xico Stockinger e Anestor Tavares. Os alunos, então, se aproximavam para, com esse coletivo, aprender a técnica. “Era uma formação para a produção. Aprendia-se fazendo”, conta o pesquisador. Essa foi uma estrutura que se manteve até os anos 1980 e que foi muito importante nas trajetórias de diversos artistas que, depois, empreenderam carreiras de maior visibilidade. Entre eles, Alfredo Nicolaiewski: “Para mim, foi fundamental. Minha formação aconteceu lá. Entrei pro Atelier aos 15 anos, ainda quando era no Mercado Público. Fiquei lá por uns sete anos, entre idas e vindas”. Formado em Arquitetura na UFRGS, teve, em sua passagem pela instituição municipal, aulas de desenho com Paulo Peres, as quais foram, anos mais tarde, a sua principal referência na carreira docente no Instituto de Artes da UFRGS. “Repetia, de certo modo, a maneira de tratar os alunos, explicar trabalhos. Depois, fui mudando coisas, claro. Mas meu começo foi muito isso”, rememora. Também lá o artista realizou sua primeira exposição individual, em 1974: na época, o espaço funcionava em uma casa na rua Lobo da Costa, e a garagem servia de recinto expositivo.

Semelhante é a relação que a artista Anico Herscovitz teve com o Atelier Livre no começo de sua carreira: lá aprendeu xilogravura, no final dos anos 1960, com o então já renomado Danubio Gonçalves, e realizou sua primeira exposição; foram, pois, os primeiros passos de uma carreira que tomaria corpo nos anos seguintes e a colocaria em posição referencial em produção de gravura artística. “Depois, substituí professores várias vezes. Agora, continuo fazendo litografia lá. Vou em horários



PRODUÇÃO ARTÍSTICA



abertos, como artista visitante”, relata. Gravura exige estrutura, como prensas, tanques e outros equipamentos. Conforme a artista, o Atelier representa uma possibilidade de que essa forma de arte sobreviva na cidade, já que o único outro espaço que oferece esse tipo de estrutura é o Museu do Trabalho – que, ainda que bastante aberto, é um espaço privado.

Diversidade – “Para um artista, é fundamental ter visões diferentes, ter aberturas diferentes. É importante uma coisa contestar a outra, para gerar inquietação e a pessoa avançar”, avalia Anico sobre a necessidade de a cidade ter espaços diversos de formação em arte. Além disso, para ela, o acesso facilitado aos cursos – já que não há vestibular nem provas específicas – possibilita a inserção no circuito artístico de pessoas que não podem, por qualquer razão, fazê-lo pela via acadêmica. “São coisas que se complementam”, sintetiza sobre as duas instâncias de formação. Para se ter uma ideia dessa diversidade, Miriam Tolpolar cita o perfil dos alunos inscritos no curso de História da Arte: são 50 pessoas de profissões diversas que buscam no Atelier uma forma de se relacionar com a arte. “Muitos acabam se vinculando, formam grupos e fazem vários cursos”, relata.

Nesse sentido, os artistas lamentam a situação atual em que se encontra a instituição municipal. Para Alfredo, esse cenário é bastante desolador e vem piorando com o tempo: “O último concurso foi coordenado por mim em 1996. Entrou um grupo grande, interessante, que deu uma reativada. A grande maioria saiu. Esvaziou-se. Acho muito triste”. O relato da diretora do Atelier, Miriam Tolpolar, é de que há muito existem pedidos por novos concursos. Há 20 anos, eram em torno de 25 instrutores de arte; hoje, são dez – dentre esses, cinco a ponto de aposentar-se. “O que tenho feito é trabalhar com contratos para suprir essa demanda.

Temos um monte de gente procurando os cursos, pessoas entram na página, no Facebook, ligam e querem se inscrever”, conta. E ressalva: “Os contratos até funcionam, mas o artista vem só um dia da semana para dar aula, não se envolve com a instituição. As oficinas são maravilhosas, mas contamos com um grupo muito reduzido para realizar festivais, exposições e outros eventos”. Atualmente, uma média de 600 alunos passa pelos cursos a cada semestre. “Já tivemos 1.200, mas hoje não temos professores suficientes para isso. Fica limitado”, entristece-se. Ela, ainda, faz questão de enfatizar que a instituição é praticamente autossustentável em seu orçamento. E mais: consegue mobilizar seus alunos de maneira a resolver muitos dos problemas existentes. No entanto, isso não tem sido suficiente, pois

há sérias questões de manutenção na sede. “Tem um setor da prefeitura para fazer isso, mas a informação que recebemos é que não tem equipe, não tem verba”, conta.

Para Anico, o Atelier deveria se manter como lugar de referência na cidade. “Para quem frequenta, ele tem esse valor, mas isso está se perdendo. É um centro de divulgação da arte, de conhecimento. Isso não poderia se perder”, lamenta. E completa: “É um tipo de política. As pessoas não se dão conta de que as coisas vão se reduzindo. Quando vemos, não tem como recuperar, e todos perdem”.

Oferta e demanda – É inegável que, de modo geral, o fomento estatal é importante para o segmento econômico que se dedica à produção em artes. O que se vê, porém, é que, em momentos de escassez de recursos, este é um dos primeiros setores a sofrer cortes – já que rubricas como saúde, educação e assistência social básica são consideradas mais prioritárias. Em razão disso, o professor da Faculdade de Economia da UFRGS e pesquisador de Economia da Cultura Leandro Valiati ressalta que é possível encontrar modelos alternativos de financiamento que não dependam exclusivamente do Estado. “Nisso, os governos podem ajudar. Devem criar mecanismos de apoio que não sejam de recurso direto. Os fundos de cultura e leis de incentivo já são bons exemplos. E também pode haver mecanismos inovadores que permitam a entrada de recursos privados, com parcerias e incentivos”, explica. Na avaliação do docente, muitas empresas de todo o mundo têm interesse em vincular suas marcas à produção artística. Muitas vezes isso pode ter, por parte do Estado, uma contrapartida – como descontos em impostos e taxas de juros. Ele destaca, ademais, a importância do papel regulador que o ente estatal deve exercer de forma a distribuir de maneira mais igualitária os apoios e recursos, para que o interesse público prevaleça. Seria, portanto, um modo de evitar que as empresas optassem por apostar apenas em produtos e artistas com retorno de grande público em detrimento de opções mais alternativas e inovadoras do ponto de vista estético. Seria papel da administração pública, assim, garantir a diversidade. “Evidentemente isso tudo tem um papel econômico. Mais do que emprego e renda diretos, gera habilidades, formação de profissionais para o setor cultural. Pessoas vão ser consumidoras desse setor, além de serem ofertantes. Tem um impacto econômico na formação de oferta e demanda”, resume.

Há pouco empossado, o secretário municipal de Cultura, Luciano Alabarse, foi contatado pela reportagem, mas não se manifestou sobre o tema.



Exposição em Madri, do repórter fotográfico Enrique Meneses, mostra cenas de Fidel Castro e seus combatentes nos inícios da Revolução Cubana

Analúcia Danilevicz Pereira*

Fidel Castro foi, sem dúvida, uma das lideranças políticas mais expressivas do século XX. Homem de personalidade forte, estabeleceu uma conexão profunda com o imaginário latino-americano ao ser identificado como um “modelo”. Para além do debate ideológico, sua importância como teórico e estrategista político e militar é evidente. Todavia, ele e seu grupo chegaram ao poder muito jovens. Em certa ocasião, uma jornalista norte-americana lhe perguntou por que haviam cometido o erro de apoiar guerrilheiros em toda a América Latina (segundo a perspectiva de Che Guevara), ao que Fidel respondeu: “Éramos muito jovens e pensávamos que podíamos fazer muito...”. Ainda que esse fato tenha custado caro, pois potencializou a atuação do serviço secreto estadunidense na América Latina, Fidel manteve-se politicamente íntegro, e Cuba, ainda que um país simples, não apresenta as mazelas da maioria dos países da região.

Nascido a 13 de agosto de 1926 em Birán, antiga província cubana do oriente, Fidel aprendeu a ler e escrever na escola pública rural local e continuou o ensino primário em colégios católicos, em Santiago de Cuba. De origem camponesa, sempre se sobressaiu em disciplinas relacionadas a Letras, área em que se tornou bacharel em 1945. No mesmo ano, iniciou o Curso de Direito, Ciências Sociais e Direito Diplomático na Universidade de Havana. Como universitário, logo se vinculou às lutas políticas e ocupou diferentes responsabilidades na Federação Estudantil Universitária. Esse foi um período de intensas atividades políticas e o momento em que Fidel entrou em contato com as ideias marxistas. Simpatizante do Partido do Povo Cubano, de tendência progressista, participou ativamente de campanhas políticas, em

particular de seu principal dirigente, Eduardo Chibás. Em 1950, Fidel se formou em Direito Civil e Direito Diplomático. Após o golpe de Fulgêncio Batista, em março de 1952, o jovem advogado foi um dos primeiros a denunciar o caráter reacionário e ilegítimo do regime.

Processo revolucionário – Após a tomada do poder em 1959 e em função da radicalização, Cuba logo ficou isolada na América Latina (chegando a reduzir suas relações apenas ao México) e, ao se definir como um Estado socialista, aproximou-se da URSS. Nesse contexto, ocorreu a criação do Movimento dos Países Não Alinhados, que se apoiava nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica definidos em Bandung, de perfil anti-hegemonista e baseado em um internacionalismo não socialista que apoiava os nacionalismos emergentes. Todavia, a radicalização mal calculada da Revolução Cubana acabou por distanciá-la da URSS, sem lograr uma aproximação com a China. Havana, assim, acabaria por enfatizar o seu perfil revolucionário *terceiro-mundista* em detrimento do perfil socialista. O envolvimento cubano com o Terceiro Mundo foi, portanto, caracterizado pelo idealismo e pelo pragmatismo, apesar de, em muitos momentos, a *Realpolitik* ter se expressado com mais vigor do que os propósitos idealistas.

Fidel dirigiu, estrategicamente, a participação de muitos combatentes cubanos em missões internacionalistas na Argélia, na Síria, em Angola, na Etiópia e em outros países, além de impulsionar e organizar a contribuição de milhares de médicos, professores e técnicos cubanos que prestaram serviço em mais de 40 países do Terceiro Mundo, bem como a oferta de formação para estudantes oriundos desses países em território cubano.

Por um lado, a importância de Cuba (e de

seu líder) está relacionada ao fato de o país ter se tornado socialista estando tão próximo do “bastião do capitalismo mundial”. Por outro, sua relevância se relaciona ao impacto que a Revolução produziu em países latino-americanos e, mais fundamentalmente, em países africanos e asiáticos. Em um curto espaço de tempo, esse país agrário, que vivia quase exclusivamente da exportação de açúcar e sustentava uma guerra não declarada com os EUA, desencadeou um profundo processo de *transformação social*. Os cubanos erradicaram o analfabetismo e estenderam a educação mínima obrigatória para toda a população (até o 9.º ano), além de determinar gratuidade ao ensino fundamental, médio e superior. O direito à saúde gratuita foi universalizado, e os índices de expectativa de vida ao nascer e de mortalidade infantil alcançaram os números dos países mais avançados do mundo. O racismo foi banido como valor social, e as mulheres passaram a ter papel ativo na construção de um novo modelo societário.

Mais recentemente, Fidel estimulou a cooperação cubana na área da saúde para muitos países da África, da América Latina e do Caribe e a criação, em Cuba, de escolas internacionais de Ciências Médicas e de Educação Física. Mas é importante salientar que o líder não se envolvia na micropolítica do país. Sua condição sempre foi a de “autoridade moral”. Nesse sentido, seus discursos intermináveis expressavam certo “narcisismo”, pois tinha consciência do seu papel – seu irmão Raúl Castro, ao contrário, é extremamente discreto. O objetivo de Fidel era o de construir o “Homem Novo”, e a revolução que ele liderou, em perspectiva histórica, contrariou todas as previsões. A sua obstinação levou a uma ousadia que permitiu realizar coisas impossíveis: uma revolução a 140 Km dos Estados Unidos e autonomia frente à URSS,

bem como as oportunidades que se abriram para as revoluções africanas e asiáticas.

Quase três décadas depois da anunciada “vitória do capitalismo sobre o socialismo”, os grandes centros capitalistas entraram em crise, enquanto os poucos Estados socialistas resistiram. Acompanhando esse processo, mudanças importantes podem ser verificadas na dinâmica internacional. A principal delas é a ampliação dos laços entre os países do Sul (ou do chamado Terceiro Mundo) e o estabelecimento de uma nova correlação de forças. Acompanhando esse processo, percebe-se a difusão de “novos” valores econômicos, políticos e sociais. Fala-se em cooperação, oportunidade, desenvolvimento e justiça. Nesse cenário, há um positivo (porém silencioso) movimento de apoio aos cubanos pelo fim do bloqueio e pela integração do país aos principais fóruns regionais e internacionais, fato que levou o governo Obama a reestabelecer as relações diplomáticas com Cuba em 2014 (sem falar na pressão do empresariado norte-americano).

Diagnosticado com câncer desde 2006, Fidel acompanhou a transição de poder ao seu irmão, bem como as reformas econômicas em Cuba, vindo a falecer em 25 de novembro de 2016. Ao contrário da maioria das análises feitas à época, a mudança de poder foi absolutamente tranquila e as reformas não alteraram o projeto político do país. Assim, a situação de Cuba hoje, suas potencialidades e seu futuro, necessariamente, colocam a seguinte questão: como foi possível que um pequeno país, sem recursos materiais e com a tarefa de construir as novas bases do Estado foi capaz de desempenhar um papel permanente e decisivo nas relações internacionais contemporâneas?

* Professora de Relações Internacionais/UFRGS



Gargalo de investimentos

Incentivos *A chamada “Lei do Bem” ainda é pouco utilizada pelas instituições de pesquisa*

Samantha Klein

A inovação é elemento básico de crescimento econômico tanto em países desenvolvidos quanto emergentes. Nações como Coreia do Sul, Israel e Finlândia modificaram suas matrizes econômicas com o investimento massivo no setor tecnológico a partir dos anos 1960-70, consequentemente transformando a pauta de exportações e, por sua vez, agregando valor aos produtos industrializados com alta tecnologia. Enquanto isso, países como Brasil e Chile mantiveram a pauta agroexportadora de commodities.

Nesses dois representantes latino-americanos, quem mais investe em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) são os governos. Contudo, a fatia fica em torno de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil e 0,4% no Chile, enquanto Israel destina mais de 4% de seu PIB para a área. Considerando o atual cenário de recessão econômica e cortes nas verbas para as universidades, a investigação em inovação se torna ainda mais frágil. Por isso, iniciativas como a retomada da Lei do Bem pretendem auxiliar no processo de investimentos que tornam países líderes na economia mundial.

Incentivo – Diante da queda vertiginosa dos incentivos governamentais à pesquisa no país, novas propostas para o setor necessitam ser estimuladas. Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o governo federal tenta incentivar a adesão de grandes empresas à Lei do Bem. Em vigor há dez anos, esperava-se que três mil companhias já tivessem aderido ao programa, mas, até o momento, a meta foi atingida em menos de 50%.

Inspirada na Lei Rouanet, a Lei do Bem (n.º 11.196/05) ficou conhecida como o Programa de Incentivo à Inclusão Digital, pois visava disseminar o acesso a computadores e smartphones. Sancionada em 2005, o objetivo foi incentivar empresas a investirem em pesquisa por meio de isenções fiscais. As deduções de impostos podem chegar a 20% sobre os valores aportados em inovação. Os benefícios são relevantes para a Universidade também, conforme o pró-reitor de pesquisa da UFRGS Luís Lamb: “É um modelo ganha-ganha, porque as universidades poderão receber investimentos privados. As empresas, por sua vez, provavelmente irão investir em pesquisas que possam dar retorno em termos de inovação”.

O Programa prevê isenções fiscais para as companhias que investirem em inovação dentro ou fora da empresa. As parcerias



Lamef criou dutos para transporte de gás e petróleo em parceria com a Petrobras. Ações como esta podem ser apoiadas pela Lei do Bem

com universidades estão entre as possibilidades. No entanto, na UFRGS, nenhuma companhia declara estar se beneficiando da Lei do Bem junto aos centros de pesquisa. “Esse mecanismo ainda não é muito explorado no Brasil devido à falta de cultura de investimentos em pesquisa e também porque a economia não está bem. O lucro das corporações, portanto, cai. Como a Lei do Bem incide sobre o imposto cobrado a partir da lucratividade, temos a explicação para a diminuição do incentivo”, considera o pró-reitor e professor do Instituto de Informática.

Conforme o último relatório do MCTIC, do total de 1.206 empresas que participaram dos incentivos fiscais da Lei do Bem em 2014, os gastos totais com investimentos em atividades de PD&I foram de 9,25 bilhões de reais (valor bruto), com benefício de renúncia fiscal total no valor de R\$ 1,68 bilhões.

Incertezas – Apesar da alta atratividade da Lei do Bem, os empresários não têm investido em pesquisas nas universidades por meio desse benefício de desoneração fiscal. O assessor jurídico da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico da UFRGS, Adriano Rossi, destaca que muitas empresas não sentem segurança jurídica para investir em PD&I, valendo-se desse mecanismo. “A legislação é complexa e deixa algumas lacunas contábeis. Quando a companhia adere ao programa, ela declara seu enten-

dimento sobre o lucro no ano. Se ela cometer algum erro, vai ser glosada depois de muitos anos. Então, imagina uma aplicação de multas a valores que não foram deduzidos em imposto de renda por se entender que foram aplicados conforme o incentivo da Lei do Bem”, pontua o advogado. Segundo ele, a empresa precisa ter um controle rígido sobre as atividades de pesquisa realizadas na instituição de ensino e pesquisa ou mesmo sobre aquelas dentro da companhia.

Já o coordenador de inovação tecnológica do MCTIC, Carlos Alberto Lima Neri, destaca que algumas empresas não atentam para as regras do que pode ser deduzido através da Lei do Bem. “Compreendemos que a importação de equipamentos para produção industrial não é investimento em pesquisa, portanto não poderá ser referenciada por nós. Por isso, existem erros nas declarações das companhias que chegam a uma rejeição de 20% do que é declarado como PD&I”, aponta.

Falta iniciativa – Nos países da América Latina, a dependência de recursos estatais para inovar em tecnologia decorre também da falta de iniciativa dos empresários. “No Chile, por exemplo, quatro famílias dominam os negócios. Não é à toa que não querem investir em pesquisa científica. A iniciativa privada não se propõe a isso porque já detém o monopólio”, avalia Victor Grimblatt, CEO da Synopsys Chile.

Durante evento promovido

pelo Instituto de Informática em novembro passado, ele demonstrou com dados históricos o porquê da falta de inovação em países latino-americanos. Victor compara as indústrias de Chile, Argentina, Colômbia, Peru e Brasil com as de Coreia do Sul, Singapura, Israel e Finlândia. Esses países, considerados desenvolvidos, mudaram completamente suas matrizes de exportações. “Nos anos 60, eles tinham PIB menor do que os países da América Latina. No caso do Chile, ainda se pode dizer que é um país pequeno, mas esse não é o caso do Brasil, que tem mer-

cado de mais de 200 milhões de habitantes. Deveríamos explorar startups em tecnologia agrícola, por exemplo, já que a principal pauta exportadora é nesse setor”, pontua.

O executivo ainda critica o que considera falta de aproveitamento do conhecimento produzido nas universidades, cujas inovações deveriam resultar em aplicação prática nas indústrias existentes ou na conversão em startups, conforme ocorre em Israel ou nos Estados Unidos. “Nossa investigação se transforma em papers. Estamos produzindo conhecimento que não é utilizado”, finaliza.

Redução global

As universidades do país inteiro vêm perdendo investimentos em pesquisa desde 2010. Entre os motivos está a mudança nas regras de distribuição dos royalties do petróleo, o que acarretou perdas drásticas no CT-Petro, o qual é um dos fundos setoriais que compõem as receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Aquele foi criado em 1999 para estimular a inovação na cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural. No período em que a camada do pré-sal foi descoberta, a Universidade foi irrigada com recursos abundantes para o desenvolvimento de tecnologia no setor do petróleo.

Os Institutos de Metalurgia, Física, Química, Geociências e Informática da UFRGS são exemplos de unidades acadêmicas que se beneficiaram desse aporte aos projetos de pesquisa. “A Petrobras desenvolveu uma série de tecnologias aqui dentro na área de sondagem e dutos para prospecção. São pesquisas que resultaram em produtos”, destaca o pró-reitor Luís Lamb. A Universidade chegou a receber cerca de R\$ 50 milhões em projetos junto ao FNDCT; hoje são menos de R\$ 5 milhões.

Nos últimos dez anos, o FNDCT representou 42% dos recursos para pesquisa em inovação científica na UFRGS. Nos últimos três anos, contudo, houve somente um edital da instituição voltado à investigação no combate ao Zika vírus. “A redução foi tão grande que foi possível realizar somente uma chamada pública. Isso ocorreu por conta do declínio dos recursos do CT-Petro e porque o governo não aportou recursos para o Fundo. Em 2015, as verbas foram praticamente estancadas”, pondera o pró-reitor.



FLÁVIO DUTRA/JU

Meu nome é Rricardo

Após suas atividades, na Redenção, ele busca olhar para além do que viveu atrás das grades: “Ver as árvores ajuda a me entender no mundo aqui fora”



Jacira Cabral da Silveira

Foram quatro anos cumprindo pena no Presídio Central de Porto Alegre. Nos seis primeiros meses, ficou em uma cela comum; somente depois de confirmada a sua escolaridade, deu-se a sua transferência para a galeria destinada aos detentos com formação universitária. Mas levaria mais alguns meses para ter a sua primeira noite de sono. Até então, as madrugadas tinham sido de intermináveis vigílias. No segundo semestre de 2016, Ricardo, estrangeiro latino-americano de 40 anos, foi finalmente julgado, sendo condenado a cinco anos de prisão – tempo reduzido em um ano como remissão de pena por ter trabalhado no presídio durante a sua clausura. Bem vestido e com fala tranquila, ele conversou por duas horas com o JU. O que se revela a partir de seu depoimento e as reflexões sobre a sua experiência prisional se contrapõem à invisibilidade a qual todo apenado é reduzido, condição fértil às análises generalizadoras e superficiais, assim como a políticas que retroalimentam uma sociedade injusta e excludente. “Meu nome é Rricardo, porque eu tenho o direito de me reinventar, e nesse processo compus algo novo com aquilo que ficou. Algo único e muito meu: meu nome.”

ASSUSTADO E CONFUSO – Aceitei falar porque acredito que a gente tem de agir com coragem em alguns momentos. Ironicamente, antes de vir para cá, me dei conta de que entrei no presídio num dia como hoje: uma sexta-feira 13 – de julho de 2012 [a conversa com o JU ocorreu em janeiro passado].

Há quatro anos chegava ao presídio atordoado, assustado e confuso. Fui preso naquele mesmo dia, fiquei algumas horas no Palácio da Polícia, depois fui para o Central. Cheguei na madrugada de um sábado e só na segunda pude ir à enfermaria para fazer curativos. Não foi o atendimento ideal, mas foi um atendimento. Eu tinha chegado lá depois de uma briga na rua. Os vizinhos do sujeito com quem eu brigava não me ajudaram, ao contrário, me hostilizaram. Eu era o estranho. O irmão do sujeito [com quem brigou] é da polícia. Ele me amedrontou, vociferando que quando eu chegasse nas galerias, como ele tinha conhecidos lá, eles iam me violentar. Cheguei, assim, ao presídio sob aquelas ameaças.

GRADES – A gente vai andando e parece que está entrando num inferno. Tu só escuta aquelas grades batendo atrás de ti. Vais passando por corredores com grades, tudo escuro. O corredor é estreito, menos de um metro de largura, todo cheio de grades, separado do corredor por onde caminha o policial. Tu chega lá muito assustado. No meu caso, sem mãos; elas estavam em talas, não tinha como me defender caso alguém viesse me agredir. Quando entrei naquela cela e se fechou a grade atrás de mim... [para um tempo de falar]. Na cela não tem mesa, e os caras que trazem a comida vão pedindo para todos: o prato! o prato! o prato! E vão servindo no chão, e se come que nem cachorro, e tu tem que te vigiar para que isso não se torne algo normal, se naturalize. Só não pode ser arrogante, porque os arrogantes são agredidos. Se vem um cara e te oferece um café, mes-

mo que ele não tenha dentes, mas tá frio e tu não tem café – afinal, ele tá compartilhando contigo – tu, claro, aceita. Lá tu te confronta com teus preconceitos.

NEGOCIAÇÕES – A administração interna das galerias é feita pelos presos, pelas ‘prefeituras’; algumas são controladas por facções. Tem galerias com 400 e até mais presos. As prefeituras têm contato com a força tarefa da Brigada, que administra o presídio. Esses que eram criminosos, combatidos pelos brigadianos, lá dentro trabalham em cooperação com os policiais. A Brigada não teria como controlar o presídio, ela precisa daquele que está lá dentro, daí acontecem as negociações. “Eu te garanto que a minha galeria vai estar tranquila sempre que tu faz a tua parte. Ninguém vai fazer mal a ninguém, só se pisar na bola, pegar alguma coisa sem pagar, seja droga, seja celular.” Não estou dizendo algo que a sociedade não saiba, que os juizes não saibam. Existe, sim, e existe também uma razão para que isso aconteça, e ela deveria existir de forma legalizada. A Brigada não é burra, e a força tarefa está fazendo muito bem o seu trabalho. Minha tendência política é de esquerda, sempre tive aversão à polícia, mas lá dentro eu vi que estavam fazendo o seu trabalho. E, às vezes, estavam fazendo coisas que me prejudicavam, mas esse é o trabalho deles, estão cumprindo a sua função. Lá dentro existe uma dinâmica: “Não deixa eu ver que tu tem celular senão tenho que te tirar”. Graças a essa negociação é que existe equilíbrio.

PODER – Não é que as facções se submetam à Brigada ou que ela

se submeta às facções, existe um acordo. Mas entre as facções é complicado. Houve tempo em que havia guerra entre elas. Quando um preso de uma facção tem um atendimento jurídico no terceiro piso, os brigadianos cuidam para ele não se encontrar com outro preso que esteja em outro tipo de atendimento. Se acontecer alguma coisa, a Brigada vai ter de interferir com uma força especial, chamada GAM (Grupo de Apoio e Movimentação), que é acionada só quando há uma ação de violência. Uma vez, eles entraram na minha galeria disparando. São balas de borracha, de impacto moral, com um som muito forte. Nesse momento, você só tem que obedecer, não tem nada de ser machão ou forte. Eles estão ali, mas tu não podes nem olhar. Tu não sabes quantos são e estás num canto, acuado. E se tu te rebela... não tem sentido, você vai brigar sozinho? Tem que se submeter. Aí você aprende o que é submissão.

“ESCOLA DO CRIME” – Dizem que o presídio é o mundo do crime, mas o mundo do crime é aqui fora. Eles não saem de lá mais prontos para o crime; saem mais cegos de raiva. Essas pessoas que chegam ao presídio são analfabetas, muitas delas órfãs. Ou são filhos de um outro que já está preso. Eles não sabem diferenciar o que é bom. Eles compram o pacote que essa sociedade capitalista vende: a roupa que usa, o lugar que frequenta ‘fazem’ a pessoa. Então a vida é infeliz porque não te permite ter acesso ao tênis de marca, não te permite que compre um carro, porque trabalhando como pedreiro é muito difícil. E lá pertinho, na vila, tem o traficante que vai pagar R\$5 mil por

mês pra ele entregar ‘balinhas’, e assim ele tem acesso a coisas que nunca poderia ter. Então, quando ele chega lá dentro da prisão, é privada a sua liberdade e, sobretudo, são tirados o seu Nike, e ele entra de chinelos – enfurecido, cego de raiva. E vem um cara e diz: “Tu rateou, não era assim que tinha que ser feito”. A isso chamam ‘escola do crime’. Depois, ele sai com raiva porque ficou preso por uma estupidez e não soube filtrar aquilo e se corrigir. No presídio, não se têm meios para que se consiga fazer essa reflexão.

DIGNIDADE – Não é culpa do preso ter muito tempo ocioso. É culpa do sistema prisional. Não é todo mundo que deseja atividades para reeducar, é verdade, mas a estrutura não está se prestando para que isso aconteça. Ela parece criada justamente para que o preso seja um lixo social, e as pessoas aqui fora tenham a justificativa de que ele é esse lixo, que se gasta dinheiro com ele, tirando dinheiro das escolas. E poderia ser diferente: as penas deveriam ser mais honestas. Em lugar de condenar um preso a 50 anos, não seria mais sensato pensar qual é o tempo necessário para dizer que aquela pessoa pagou a sua pena, criando mecanismos para que isso ocorra, evitando que fique se remoendo na absoluta solidão, na mesmice e furioso? Na última galeria em que estive, havia gente especializada, e ficávamos imaginando o que poderia ser feito. Pensávamos que esses profissionais poderiam prestar serviço para a sociedade e para o presídio. Estariam cumprindo a Constituição – “estar privado de liberdade” –, mas continuariam sendo úteis, sem perder a sua dignidade.



Diante da barbárie

Marcos Rolim*

Desde o início do ano, os massacres em prisões do Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte mobilizaram os noticiários e chamaram a atenção para o colapso do sistema prisional brasileiro. É comum que tragédias produzam esse efeito e já vivemos situações similares no Brasil envolvendo rebeliões e matanças em prisões, como a chacina do Carandiru, com 111 mortos, em 1992. A realidade das prisões brasileiras, entretanto, excluídos os momentos de crise aguda, não costuma suscitar qualquer interesse. No Brasil, aliás, a ampla maioria das pessoas imagina que os presídios devem, de fato, ser sucursais do inferno, afinal, lá estão os “bandidos”, uma turma que mereceria sofrer ou mesmo morrer.

Há duas notícias desagradáveis para o senso comum sobre prisões no Brasil. A primeira: quem imagina que os presídios brasileiros recebem os autores dos crimes mais graves não têm a menor ideia do que está falando. A segunda: o desinteresse e a demanda por vingança disseminados socialmente foram, exatamente, as circunstâncias que fizeram com que o Poder Público no Brasil transformasse as prisões em potentes máquinas de organização e reprodução do crime.

A grande maioria dos presos brasileiros é formada por condenados por crimes praticados sem violência real. O último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, do Ministério da Justiça (disponível em <https://goo.gl/bgyJla>), mostra que, em dezembro de 2014, apenas 10% dos presos no país haviam sido condenados por homicídio. 41% eram condenados por furtos e roubos e 28%, por tráfico de drogas. No Rio Grande do Sul, os percentuais são ainda mais extremados. Da-

dos de dezembro de 2012 mostravam que, no Presídio Central, em uma população de 4.024 presos, apenas 131 respondiam por homicídio (simples e qualificado), o que significa 3,2%. Já os acusados e condenados por tráfico de drogas eram 52,6% do total (disponível em: <https://goo.gl/s8ZPo3>).

Esses dados evidenciam que o Brasil prende muito e mal. Em números absolutos, temos a quarta população carcerária do mundo e, se contarmos os sentenciados à prisão domiciliar, a terceira. EUA, China e Rússia, entretanto, os primeiros no ranking do encarceramento, têm reduzido suas taxas, enquanto o Brasil afirma tendência inversa. Na realidade brasileira, os responsáveis pelos crimes mais graves (homicídios e estupros, destacadamente) não são, em regra, identificados pela polícia. O mesmo ocorre com sonegadores e corruptos, crimes praticados pelos mais ricos. Já os suspeitos de crimes banais (furto, roubo e tráfico) – quase sempre jovens pobres – são abordados nas ruas por PMs e encaminhados às prisões sem julgamento. Atualmente, cerca de 40% dos presos brasileiros estão nessa situação, encarcerados por prisões cautelares. Pesquisa de 2012 do Núcleo de Estudos da Violência da USP (disponível em: <https://goo.gl/lr2PdZ>) mostrou que 80,6% dos presos por tráfico em SP eram primários e que apenas 4% das prisões foram resultantes de investigação. Em quase todos os processos, as condenações foram obtidas apenas com base no depoimento dos policiais. Os acusados não têm defesa na fase do inquérito policial; são homens jovens entre 18 e 29 anos, pardos e negros, com escolaridade até o primeiro grau.

Sobre a escolaridade, aliás, sabe-se que 90% dos presos brasileiros têm menos que o ensino médio completo e 61%, menos que

o fundamental completo. Jovens com baixa escolaridade também têm as mais altas taxas de vitimização por homicídios, que cai fortemente entre os que terminam o primeiro grau.

O que ocorre quando empilhamos esses jovens semialfabetizados em nossas prisões? A primeira coisa que se tem feito – já há muitos anos – é abrir as celas, de modo que os internos possam ser alojados também nos corredores. Ao encarcerar centenas de pessoas por galeria, o Poder Público abdica da execução penal. O espaço de contenção, em vez de individual, passa a ser coletivo, o que obriga os gestores a separar os presos pelo critério de pertencimento às facções. Por essa dinâmica, o Estado se transformou no principal organizador do crime no Brasil. Os mais importantes e perigosos bandos criminais brasileiros foram formados dentro das nossas prisões, sendo o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) os dois exemplos mais conhecidos.

Os magistrados, os promotores, os governadores, os secretários de segurança, os parlamentares, todos têm sido alertados há décadas sobre essa dinâmica e sobre seus riscos. O que fez a grande maioria dessas autoridades ao longo de todos esses anos? Nada. E por que lhes foi possível nada fazer? Porque a opinião pública nunca lhes exigiu que fizessem algo. Pelo contrário, os políticos brasileiros sabem que qualquer investimento no sistema prisional que signifique assegurar uma execução penal decente e que esteja orientado pelos objetivos de integrar socialmente os apenados tende a ser rechaçado pela turma do “bandido bom é bandido morto”.

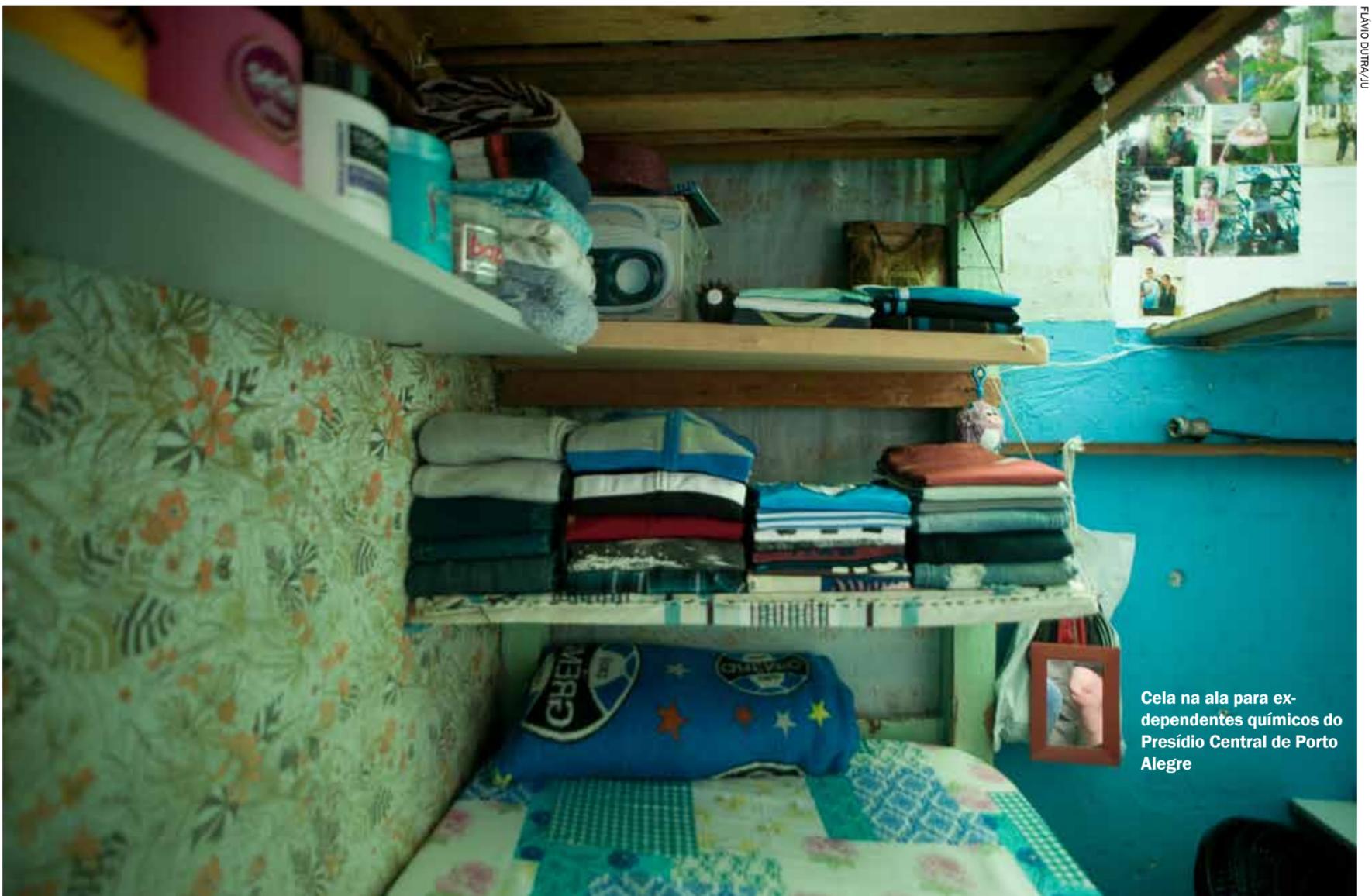
Diante da onda de violência, a demanda da opinião pública é, fortemente, a de mais prisões, o que se compreende pelo medo disseminado e pelas experiências traumati-

zantes de vitimização que se alastram. Frente a isso, qual a resposta do Estado e de todos os partidos políticos que já estiveram no poder? Um esforço concentrado para prender mais, sendo todo o foco dos gestores colocado na abertura de novas vagas prisionais. A demanda condiciona não apenas o Executivo, mas todos os Poderes. Assim se compreende, por exemplo, por que as audiências de custódia – recentemente introduzidas no Brasil – transformam, em média, 53% dos conduzidos pela polícia em presos preventivos, enquanto, no RS, estado afetado por uma enorme sensação de insegurança, 84% das conduções viram prisões cautelares (em SP e RJ, para se ter uma ideia, esses percentuais são, respectivamente, 48,7% e 59,4%).

Aos milhões de brasileiros pobres que passaram pelas prisões ao longo dos anos, não asseguramos trabalho nem estudo. O que reservamos a eles, mesmo após o cumprimento de suas sentenças, é o estigma, espécie de condenação perpétua pela qual todas as oportunidades lhes serão suprimidas. Isso os empurra para alternativas ilegais de sobrevivência. Muito inteligentes nós somos.

Seguimos, assim, encantados com o mesmo: aparvalhados pelo medo e dispostos a aplaudir todo discurso que proponha aumentar a dose de uma receita que construiu não apenas um colossal fracasso, mas que empurrou o Brasil para os limites da barbárie.

*Doutor em Sociologia (UFRGS), especialista em Segurança Pública (Universidade de Oxford, UK) e jornalista (UFSC). É professor do IPA, membro fundador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e membro do Conselho Administrativo do Centro Internacional para a Promoção dos Direitos Humanos (CIPDH).



Cela na ala para ex-dependentes químicos do Presídio Central de Porto Alegre



FOTO: PAULO ROBERTO SANTOS DA SILVA

Fotografias como esta, feitas durante as oficinas, viram cartões postais, que são comercializados no centro de Porto Alegre, revertendo o valor das vendas aos fotógrafos

Fotografia Projeto de Extensão oferece oficinas fotográficas a moradores de rua

Apostando na fotografia como aliada à formação do indivíduo, desde a organização mental até a alfabetização política e social, o Programa de Extensão Universidade na Rua oferece oficinas para pessoas em situação de rua que estudam na Escola Porto Alegre (EPA). As fotos tiradas são transformadas em cartões postais para serem vendidos, gerando uma alternativa de renda para os participantes.

O projeto, intitulado *A Cara da Rua*, surgiu há dois anos com o estudante de psicologia da UFRGS Fabiano Ávila e a professora de arquitetura Daniela Cidade. Fabiano teve seu primeiro contato com a população de rua no Centro Pop 1 (centro de referência especializado para população em situação de rua), convidado pela professora Themis Dovera, do programa Universidade na Rua. As atividades compreendiam o acompanhamento do movimento nacional da população em situação de rua e a criação de uma oficina junto com Daniela. “Nós começamos a pensar como iríamos realizar isso, pois não

tínhamos ideia de como era trabalhar com essa população. Então, eu tive um contato de um ano com o movimento, o que me fez conhecer mais a fundo o pessoal, ter um carinho, uma troca, uma parceria”, conta o estudante.

A primeira etapa do projeto foi feita de maneira livre, sem uma temática delimitada para as fotografias. A partir das discussões realizadas nesse primeiro momento, foi possível traçar um tema fotográfico, resultando em 35 imagens em preto e branco sobre o “Olhar Urbano”, fragmentos do centro histórico da capital, por onde transitam. “A gente passa todos os dias pelos lugares, vê as coisas bonitas, as coisas diferentes. Esse trabalho não é só para a gente vender. Se cada um de nós juntar a nossa história, dá para falar sobre Porto Alegre, sobre nós, sobre todos os moradores”, conta Marcos, que começou a participar do projeto recentemente.

Alternativa – O projeto arrecada, em média, R\$ 180,00 por pessoa a cada mês. Todo participante recebe 15 cartões postais por encontro, que são vendidos pelo valor de R\$3,00 em lugares como a Redenção e o Centro Histórico. Fabiano conta que o *Jornal Boca de Rua* é uma referência para a oficina, no sentido de manter sempre os integrantes engajados e divulgar o seu trabalho. Para os participantes, porém, o projeto *A Cara da Rua* vai muito além de ser apenas uma fonte alternativa de renda. O desejo de muitos é que se torne algo maior e trans-

cenda a área do Centro e até mesmo Porto Alegre. “No resto do Brasil, somos lembrados pelo churrasco, pelo chimarrão, mas não tem cartão postal que retrate a realidade do centro, o que realmente acontece em Porto Alegre. Queremos mostrar que tem gente que está lutando pra tentar melhorar um pouco a capital e mudar as condições de vida dos moradores, a nossa qualidade de vida. A gente quer tentar evoluir como ser humano, e através desse projeto tem como”, explica Índio, um dos integrantes.

Além disso, as fotografias têm um valor afetivo por tratarem do cotidiano dessas pessoas; são uma oportunidade de se enxergar a cidade pelo olhar de quem conhece a realidade mais concreta de Porto Alegre. Os registros constituem recortes de lugares por onde andam, moram ou dormem.

Alfabetização fotográfica – A oficina não impõe pré-requisitos à participação, por isso conta com um cronograma de atividades práticas e teóricas que contempla pessoas que não sejam alfabetizadas ou que tenham dificuldade de leitura ou de concentração. Fabiano observa que, para isso, são utilizados vídeos, textos e fotos da internet explicando as funções da fotografia e buscando inspirações para as imagens que desejavam fazer. Dessa forma, a falta de compreensão da leitura e da escrita por parte de alguns dos participantes se resolve, e o compartilhamento de ideias é mais proveitoso, já que o aprendido

se torna visual.

A partir das aulas, os alunos conseguem ter um entendimento de que a fotografia é capaz de contribuir para as suas formações nos mais diferentes níveis. “Paulo Freire falava que você só consegue se alfabetizar se você tem contato com aquilo, por isso a fotografia é um negócio fantástico, enriquece a alma e alfabetiza a pessoa politicamente. E até desenvolve o intelecto para escrever; ela tem esse poder em qualquer lugar”, comenta Dilson, conhecido como o poeta da escola. O projeto prevê, ainda, que ocorram saídas culturais. Fabiano explica que, além de fazer as fotos, é de extrema importância observar o trabalho de outros artistas e até outras formas de arte – teatro, exposições, pinturas.

Futuro – Em dezembro, *A Cara da Rua* contou com duas séries diferentes. A primeira, *Palavra da Rua*, baseou-se em registros documentais de xilogravuras feitos para um livro de poesias produzido na EPA, e que agora se tornarão também cartões postais. A outra série, *Trabalhadores da Rua*, buscou compreender a vida dos trabalhadores que se utilizam da rua para obter sua renda. “A ideia desse projeto é de que ele consiga caminhar sozinho, porque o programa acabou no final do ano, e a gente precisa de apoiadores para a impressão dos cartões e para expor”, ressalta Fabiano. Em junho do ano passado, a oficina conseguiu a participação de uma bolsista, a estudante de história Laura Izquierdo. O plano

agora é de que se comece uma pesquisa aprofundada com os participantes mais antigos e engajados sobre o que é morar na rua.

Visibilidade – O reconhecimento de seus trabalhos é o fator principal que impulsiona os moradores a participarem do projeto. A receptividade tem sido positiva, incentivando que cada vez mais participantes integrem a oficina. “Quando o professor me deu cinco cartões, no início, eu fui à loja de uma amiga minha, e ela comprou e botou em um porta-retratos. Todo mundo parou para olhar aquela foto, querendo saber quem tirou, se tinha cartão postal à venda. E é assim que as pessoas começam a acreditar mais na gente, porque nos veem trabalhando, se esforçando”, relata Índio.

O trabalho em equipe, em conjunto com a fotografia, é outro fator que ajuda numa melhor sociabilidade dos participantes tanto para lidarem uns com os outros como para se comunicarem com o público para o qual irão vender o seu trabalho. “Para muitos, o morador de rua é um andarilho, um vagabundo, uma pessoa que está mal arrumada, muitas vezes não está cheirando bem. As pessoas olham com um preconceito medonho, mas não sabem a pessoa boa que tem ali. E você, num grupo fotográfico, já tem uma visão de trabalho, as pessoas já te olham diferente”, conclui entusiasmado o participante Edson.

Paula Barcellos, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico

Meu Lugar na UFRGS

Condições equiparadas

Em janeiro, a UFRGS vira uma espécie de cidade fantasma. Não no sentido negativo da palavra, é claro. Chegam as férias. É tempo de descanso. Há os estudantes que voltam para suas casas no interior, serra, litoral ou em outro estado; há outros mais corajosos que ficam e enfrentam o calor insuportável de Porto Alegre. Mas, para os que ainda não conquistaram o seu lugar na Universidade, é o momento de exaustiva dedicação aos dias do vestibular tão temido. Dias intensos também para quem prepara o concurso para a multidão de candidatos, especialmente a equipe de acessibilidade da Coperse (Comissão Permanente de Seleção).

O atendimento especial no vestibular da UFRGS começou em 1994 com a primeira iniciativa para atender estudantes com deficiência: a prova em braile. Hoje, existem diversos recursos disponíveis, como leitor, escrevente, intérprete de libras, prova ampliada, prova em braile. Também há suporte para outras deficiências, como dislexia, déficit de atenção ou hiperatividade, e casos em que o vestibulando usa medicamentos ou precisa de cuidados específicos com a alimentação – hipoglicêmicos, por exemplo. Também existe suporte para casos excepcionais: a coordenadora do atendimento especial, Adriana Thoma, conta que certa vez um aluno se acidentou à véspera do vestibular e precisou realizar a prova no Hospital de Clínicas.

Com o tempo, a equipe de acessibilidade precisou ser ampliada e hoje conta com quatro coordenadores, que têm formação em Educação Especial. O motivo é o crescente aumento da procura de estudantes com deficiência pelo vestibular da UFRGS. No ano passado, foram 99 candidatos inscritos. “As pessoas estão se identificando mais (como deficientes); deixou de ser algo vergonhoso. Um quarto da população brasileira, que por meios legais tem garantidos direitos, como o benefício da

depreciação continuada, não precisaria trabalhar ou estudar e viveria da assistência. No entanto, essas pessoas não querem ficar nesse lugar de assistido, elas querem empoderamento, querem estar incluídas, circulando”, explica Adriana.

Durante o vestibular, os primeiros locais a receberem as provas são as duas escolas que possuem acessibilidade arquitetônica e de trânsito: a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação e o Anexo da Saúde (antiga Escola Técnica). Os dois lugares também são os últimos a finalizar, porque alguns de seus vestibulandos têm direito a uma hora adicional para realizar as provas. “Nós somos a primeira escola a começar e a última a terminar” é o que costuma falar a equipe. A professora comenta que o grupo de trabalho é tão peculiar que faz até uma confraternização ao final do concurso para comemorar o sucesso do atendimento.

Chegado o período pós-vestibular, relações afetivas nascem fruto do atendimento especial. Os fiscais individuais que auxiliaram os estudantes na hora da prova compartilham suas experiências e a aprovação do “seu candidato” – como costumam dizer com orgulho – no grupo do Facebook “Fiscal Legal”. Quando resultados fantásticos acontecem, como o único gabarito da prova de Geografia ser de um aluno atendido, toda a equipe de acessibilidade fica contente pelo trabalho promovido. Mas Adriana Thoma faz questão de ratificar: “O mérito é deles, nós apenas equiparamos as condições de realização da prova”.

Cássia de Oliveira, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Professor em tempo integral



Jacira Cabral da Silveira

Agrupados no saguão de entrada do Colégio de Aplicação, estudantes, professores e lideranças comunitárias participam da entrega de medalhas de recente torneio de voleibol realizado entre escolas públicas da região. Depois que cada equipe recebe suas condecorações, segue-se a sequência de fotos para que fique bem guardado na memória mais esse feito. É que os alunos do Colégio foram premiados em sete dos nove torneios de que participaram em 2016.

Orgulhoso como professor e técnico das equipes, João Vicente Silva Souza faz questão de salientar os múltiplos aprendizados que decorrem das atividades esportivas, quer sejam elas trabalhadas dentro da grade curricular, quer ocorram durante os treinos em períodos fora da carga horária escolar. “Quem não se mixa para um jogo em quadra, com a pressão toda, não se mixa pra um monte de coisas na vida”, sacramenta. Ele diz que está aí a beleza do esporte: os alunos começam a dizer que *não conseguem*, e repetem feito mantra essa frase negativa, até que chega o momento da virada – como ele costuma dizer –, quando mudam de disposição e dizem que vão tentar novamente. “E isso não repercute apenas dentro de quadra, é para a vida”, completa.

Professor de Educação Física há mais de três décadas, em março de 2017 João Vicente completa 21 anos como docente no Colégio de Aplicação. Atualmente, entre suas turmas regulares e os times de vôlei, ele calcula ter pouco mais de cem alunos, além daqueles para os quais ministra oficinas de prática esportiva.

Depois da cerimônia, conduzindo a equipe de reportagem do JU para a sala onde seria realizada

a entrevista, parou por várias vezes para atender um ou outro estudante, nem todos seus alunos: “Sou conhecido por todos”, argumenta. Talvez por isso, no sistema de avaliação do Colégio no qual os alunos pontuam os professores com notas de zero a cinco, a média de João Vicente seja 5.

Quanto à produção acadêmica, em 2009 concluiu sua tese de doutorado *Alunos de escola pública na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: portas entreabertas*, estudo que aborda a presença dos jovens de escolas públicas e de origem popular na UFRGS, suas características socioeconômicas e a diversidade das caminhadas desses estudantes. Além do fato de ter sido indicada ao Prêmio Capes de Teses, sua investigação contribuiu com o fornecimento de dados para fundamentar o modelo de cotas da UFRGS junto ao Supremo. Atualmente, ele é chefe de departamento e coordena projetos de pesquisa e extensão.

Pé de valsa – Autodefinindo-se irrequieto, João Vicente está sempre envolvido em diferentes atividades ao mesmo tempo. Dois anos antes de concluir o curso de Educação Física no IPA, já dava aula em academia e em escolas infantis. Após estágio no Colégio Americano, foi efetivado como professor, lá permanecendo por nove anos, sendo que num primeiro momento trabalhou com as séries iniciais. Nesse mesmo período, deu aula no Colégio Israelita para alunos de 5.ª série do ensino fundamental. Em 1992, foi aprovado em concurso do Colégio de Aplicação para um contrato de 20 horas, assumindo em 1994. Ele conta que, nessa época, “virou um fiapo” de tanto que trabalhava para dar conta dos três empregos. Diz que muitas

vezes ficou sem almoçar, devido às onze aulas diárias. Com tudo isso, ele ainda encontrava tempo para participar não de um, mas de três grupos de dança folclórica, o que implicava excursões dentro e fora do país.

Esse viés artístico começou ainda durante a graduação, quando Dione Zanatta, professora do curso de Educação Física no IPA, foi de sala em sala arregimentando interessados em participar de seu grupo de danças folclóricas. Como sempre foi um verdadeiro pé de valsa – invariavelmente era quem inaugurava a pista de dança das festas para as quais era convidado –, não teve dúvida: candidatou-se à vaga e foi aceito. João Vicente estava com 18 anos e permaneceu dançando até os 37, experiência que lhe possibilitou conhecer vários países, como Costa Rica, Argentina e Venezuela. Uma das viagens mais longas foi a que fez à Itália: durante 32 dias ele e seus colegas dançarinos excursionaram pelo país, participando de um festival itinerante de danças folclóricas.

Casado pela segunda vez e pai de um garoto de dez anos e uma menina de três, João Vicente comenta que 90% do que faz como pai aprendeu com a experiência de ser professor e de ter observado a relação dos alunos com seus pais. Isso significa tomar muito cuidado para deixar a criança ser o que ela pode ser, dar todos os instrumentos ao seu alcance para que ela exercite o “seu ser”, e não cercar muito, porque “nem sempre o que a gente acha que é bom para nós é bom para os nossos filhos”. Para João Vicente, a principal missão, tanto dos pais quanto do professor, é abrir horizontes e instrumentalizar (crianças, jovens, filhos) para alcançarem suas metas.



Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



As vidas são sempre singulares

FOTOS E TEXTO **FLÁVIO DUTRA**



Não se olha, a não ser com consentimento. Respeito. Olhares que parecem ver longe. Quase cinco mil vidas pulsam ali. Para que sigam pulsando, muitas regras são acordadas. Entre presos, guardas e presos, visitantes e guardas, visitantes e presos. Não se assina nenhum contrato, termo ou declaração. Percebe-se. A tensão paira. Guardas, portas, cadeados, grades. Um som recorrente: algo desliza rascante e termina numa batida metálica. Grades abrem e fecham com um volume estridente. Todo acesso, entrar ou sair de uma galeria, é seguido ou precedido desse som. Inicialmente, pedimos autorização para fazer imagens no presídio para as matérias desta edição. Pelo delicado do momento – os massacres em prisões no Norte do país –, nos negaram. Pensando em fazer contatos com visitantes, na rua, fomos até o Central numa quarta-feira – as visitas são em terças e quartas-feiras. Fomos recebidos e conversamos longamente com o diretor do presídio que, depois, nos deu acesso às galerias (falar pessoalmente segue sendo valioso). Mais demoradamente, visitamos a E1 e uma oficina. Andamos também pela unidade de saúde e por uma área administrativa. Muitos corredores. Aquele som. Falamos com Ciro, Luis, Elvis, Anderson e Daniel. Pouca gente naquele universo de quase cinco mil pessoas. Com todos eles, conversariamos, certamente, muito mais. Anderson desenha. Elvis, tatuador, criou uma oficina de artes. Ciro é o plantão da galeria E1. “Plantão” é o responsável pela relação entre os presos e a Brigada. Numa cela com um beliche e outro preso, Ciro organiza suas coisas de maneira milimétrica, num regramento impecável, como se vê na imagem da página 13 desta edição. Daniel faz maquetes de madeira e está há 30 dias no Central. Não vimos o lado mais hostil do presídio, e ele certamente existe. As disputas e a tensão entre grupos diversos estão por ali, nenhuma dúvida. Nem todas as conversas seriam tão agradáveis, temos certeza. São cinco mil vidas, todas muito singulares. Esse parece um ponto que se nubla quando olhamos para o presídio e para o modo como o descrevemos: massa carcerária, população presa. Ou nos conflitos do país, pelos números: 60 mortes, 26 mortes. Invisibilizam-se as vidas particulares, as histórias pessoais. Isso ajuda a nos tornar insensíveis, talvez a pensar: são todos iguais, um mais, um menos, que diferença faz. As vidas são sempre singulares.